

Log-In Logística Intermodal S.A.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Individuais e Consolidadas



31 de março de 2026

log in.



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

**Shape the future
with confidence**

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos administradores e acionistas da
Log-in Logística Intermodal S.A. e Controladas
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Log-in Logística Intermodal S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (*IFRS Accounting Standards*) *IAS 34 Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC – SP-015199/F

Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC 1SP-133169/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de reais - R\$

login.

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
ATIVOS					
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	220.402	300.109	162.809	227.638
Aplicações financeiras	5	18.559	7.303	-	-
Contas a receber de clientes	6	416.071	449.409	230.420	264.527
Estoques		71.676	72.800	56.749	57.940
Valores a receber de partes relacionadas	7	37.264	52.433	178.453	173.937
Tributos a recuperar ou compensar	8	271.220	273.547	221.848	222.802
Fundo da marinha mercante – AFRMM	9	49.222	62.941	49.222	62.941
Sinistros a recuperar		5.174	4.218	137	24
Outros ativos circulantes		140.669	104.229	11.998	16.388
Total dos ativos circulantes		1.230.257	1.326.989	911.636	1.026.197
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	5	32.425	32.041	-	-
Fundo da marinha mercante – AFRMM	9	53.480	30.939	53.480	30.939
Contas a receber de clientes	6	68.530	68.530	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	339.876	340.965	295.910	299.330
Depósitos judiciais		21.857	21.737	11.549	11.463
Valores a receber de partes relacionadas	7	-	-	108.926	105.250
Ativo indenizável	11	209.156	210.389	-	-
Outros ativos não circulantes		433	148	150	147
Investimentos em sociedades controladas	11	-	-	1.300.000	1.308.678
Ativos de direito de uso - Arrendamento mercantil	14	354.871	347.104	93.447	109.183
Imobilizado	12	1.387.152	1.395.681	139.958	136.165
Intangível	13	115.711	116.193	28.378	28.097
Total dos ativos não circulantes		2.583.491	2.563.727	2.031.798	2.029.252
TOTAL DOS ATIVOS		3.813.748	3.890.716	2.943.434	3.055.449
PASSIVOS					
CIRCULANTES					
Salários e encargos sociais		99.951	84.113	43.639	36.900
Impostos e contribuições a recolher		66.901	87.733	24.050	41.843
Fornecedores e provisões operacionais	15	278.400	255.525	158.837	168.716
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	16	289.733	326.022	172.079	197.225
Obrigações com arrendamento mercantil	14	102.170	113.729	60.571	78.605
Valores a pagar a partes relacionadas	7	33.536	19.172	219.862	176.159
Dividendos propostos		18	18	-	-
Aquisição de participação acionária		31.937	37.325	23.005	21.656
Outros passivos circulantes		24.673	13.849	761	712
Total dos passivos circulantes		927.319	937.486	702.804	721.816
NÃO CIRCULANTES					
Aquisição de participação acionária		79.396	79.125	57.283	57.769
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	16	1.347.779	1.373.705	1.042.448	1.066.737
Obrigações com arrendamento mercantil	14	241.192	226.969	42.579	46.611
Provisões para riscos	17	63.725	87.519	1.013	1.141
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	100.449	92.610	-	-
Perda com investimento em sociedade controlada		-	-	45.408	70.100
Outros passivos não circulantes		3.616	3.627	1.850	1.847
Total dos passivos não circulantes		1.836.157	1.863.555	1.190.581	1.244.205
TOTAL DOS PASSIVOS		2.763.476	2.801.041	1.893.385	1.966.021
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	18				
Capital social		1.324.210	1.324.210	1.324.210	1.324.210
Reserva de capital		38.370	38.370	38.370	38.370
Ações em tesouraria		(50.922)	(50.922)	(50.922)	(50.922)
Prejuízos acumulados		(261.414)	(223.465)	(261.414)	(223.465)
Reserva de hedge de fluxo de caixa		9.886	10.785	9.886	10.785
Ajustes acumulados de conversão		(10.081)	(9.550)	(10.081)	(9.550)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.050.049	1.089.428	1.050.049	1.089.428
Participações de acionistas não controladores		223	247	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.050.272	1.089.675	1.050.049	1.089.428
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.813.748	3.890.716	2.943.434	3.055.449

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

Em milhares de reais - R\$

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
<i>Operações continuadas</i>					
Receita líquida	21	680.144	683.763	419.552	415.576
Custo dos serviços prestados	22	(634.045)	(572.351)	(434.420)	(366.775)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		46.099	111.412	(14.868)	48.801
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	9	16.644	19.242	16.644	19.242
Despesas administrativas e comerciais	22	(49.289)	(44.569)	(23.043)	(19.253)
Outras receitas (despesas), líquidas		(2.815)	5.169	(4.063)	1.908
Resultado de equivalência patrimonial		-	-	(2.463)	5.494
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		10.639	91.254	(27.793)	56.192
RESULTADO FINANCEIRO	23				
Receitas financeiras		18.572	8.372	18.373	5.783
Despesas financeiras		(62.239)	(62.443)	(39.181)	(42.326)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		26.305	18.800	22.663	15.782
		(22.362)	(35.271)	1.855	(20.761)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(11.723)	55.983	(25.938)	35.431
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10				
Corrente		(16.149)	(14.804)	(1.452)	-
Diferido		(10.063)	(14.636)	(10.559)	(8.900)
		(26.212)	(29.440)	(12.011)	(8.900)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(37.935)	26.543	(37.949)	26.531
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS					
Acionistas controladores		(37.949)	26.531		
Acionistas não controladores		14	12		
RESULTADO POR AÇÃO – EM REAIS					
Básico (centavos por ação)	19	(0,36)	0,25	(0,36)	0,25
Diluído (centavos por ação)	19	(0,36)	0,25	(0,36)	0,25

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Lucro (prejuízo) líquido do período		(37.935)	26.543	(37.949)	26.531
Outros resultados abrangentes:					
<i>Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para o resultado</i>					
<i>Ganho (perda) cambial em instrumentos de hedge durante o período</i>	18	(12.005)	9.744	(619)	16.673
SWAP – marcação a mercado IPCA		11.442	6.823	-	-
Reciclagem	18	(336)	654	(280)	548
Ajustes de conversão operações/controladas no exterior	11	(530)	(710)	(530)	(710)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO		(39.364)	43.054	(39.378)	43.042
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL ATRIBUÍDO AOS					
Acionistas controladores		(39.378)	43.042	-	-
Acionistas não controladores		14	12	-	-

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras intermediárias.



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais – R\$



	Notas	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Prejuízos (Lucros) acumulados	Reserva de hedge de fluxo de caixa	Ajustes acumulados de conversão	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participações de acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2025		1.324.210	38.370	(50.922)	(317.067)	(17.443)	(8.479)	968.669	185	968.854
Lucro líquido do exercício		-	-	-	93.675	-	-	93.675	62	93.737
Constituição de reserva de hedge	18	-	-	-	-	28.228	-	28.228	-	28.228
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(73)	-	(1.071)	(1.144)	-	(1.144)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.324.210	38.370	(50.922)	(223.465)	10.785	(9.550)	1.089.428	247	1.089.675
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2026		1.324.210	38.370	(50.922)	(223.465)	10.785	(9.550)	1.089.428	247	1.089.675
Prejuízo do período		-	-	-	(37.935)	-	-	(37.935)	(24)	(37.959)
Constituição de reserva de hedge/derivativos	18	-	-	-	-	(899)	-	(899)	-	(899)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(14)	-	(531)	(545)	-	(545)
Saldos em 31 de março de 2026		1.324.210	38.370	(50.922)	(261.414)	9.886	(10.081)	1.050.049	223	1.050.272

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Em milhares de reais – R\$

login.

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do período		(37.935)	26.543	(37.949)	26.531
Ajustes por:					
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	-	2.463	(5.494)
Depreciação e amortização	22	76.725	71.731	28.229	25.184
Imposto de renda e contribuição social	10	26.212	29.440	12.011	8.900
Provisão para riscos e correção monetária	17	(23.022)	(25.811)	210	1.588
Provisões operacionais	15	(7.004)	11.137	13.190	(1.904)
Constituição para perda de crédito esperada – PCE	6	180	(371)	180	(371)
Provisões de participação no resultado		9.587	9.865	5.569	4.983
Juros, encargos e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos		35.252	69.459	9.181	15.241
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	9	(16.644)	(19.242)	(16.644)	(19.242)
Receita de aplicação financeira	23	(8.361)	(7.962)	(4.655)	(2.063)
Sinistro a recuperar		(956)	(264)	(113)	297
Realização de mais e menos valia pela aquisição de novos negócios	11	1.233	1.396	(18.267)	(26.153)
Outros		2.349	6.869	7.912	-
Variações de ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes e partes relacionadas		48.327	6.386	75.735	75.053
Estoques		1.124	(1.023)	1.191	1.882
Tributos a recuperar ou compensar		2.327	(14.114)	954	(11.303)
Fundo da Marinha Mercante - AFRMM		7.822	1.797	7.822	1.797
Outros ativos		(36.725)	(6.887)	4.387	412
Depósitos judiciais		(120)	(843)	(86)	(698)
Salários e encargos sociais		6.251	(7.617)	1.170	(3.298)
Impostos e contribuições a recolher		(24.918)	(2.398)	(19.245)	2.234
Fornecedores e valores a pagar a partes relacionadas		36.366	199.292	16.981	128.156
Pagamentos de provisão para riscos	17	(772)	(1.020)	(338)	(728)
Outros passivos		12.892	10.709	914	16.522
Caixa gerado pelas operações		110.190	357.072	90.802	237.526
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.063)	(12.972)	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		98.127	344.100	90.802	237.526
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Integralização de capital e AFAC em controladas		-	-	(56.043)	3.731
Adições imobilizado e intangível		(27.647)	(10.665)	(8.551)	(4.154)
Aquisição de participação acionária		(7.196)	(3.731)	-	(4.641)
Aplicações financeiras e resgates, líquidas		(3.279)	(4.438)	4.655	2.063
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(38.122)	(18.834)	(59.939)	(3.001)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Emissão de debêntures, notas comerciais e captação de financiamentos	25	247.090	-	77.694	-
Amortização empréstimos e financiamentos		(309.002)	(250.400)	(122.488)	(113.305)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais		(38.817)	(15.273)	(32.387)	(11.260)
Amortização de obrigações com arrendamento mercantil		(38.983)	(33.395)	(18.511)	(21.982)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(139.712)	(299.068)	(95.692)	(146.547)
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		(79.707)	26.198	(64.829)	87.978
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		300.109	289.792	227.638	115.415
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		220.402	315.990	162.809	203.393

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em milhares de reais – R\$



	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Geração do valor adicionado				
Receita gerada:	795.733	796.252	493.127	485.551
Receita bruta	779.269	776.639	476.663	465.938
Outras receitas	16.644	19.242	16.644	19.242
Constituição para perda de crédito esperada – PCE	(180)	371	(180)	371
Insumos aplicados na geração da receita de serviços:	(490.231)	(419.814)	(348.895)	(285.614)
Serviços contratados	(402.500)	(338.943)	(303.869)	(239.449)
Material	(25.822)	(24.120)	(7.197)	(7.732)
Óleo combustível e gases	(59.616)	(73.090)	(38.078)	(55.149)
Reversão (contribuição) de provisão para riscos	23.022	25.811	210	(1.588)
Outros	(25.315)	(9.535)	39	18.291
Valor adicionado bruto	305.502	376.375	144.232	199.924
Depreciação e amortização	(76.725)	(71.731)	(28.229)	(25.185)
Valor adicionado líquido	228.777	304.644	116.003	174.739
Valor adicionado recebido por transferência:	54.569	68.778	47.381	64.995
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(2.463)	5.494
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais ativas	54.569	68.778	49.844	59.501
Valor adicionado total a distribuir	283.346	373.422	163.384	239.734
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:	119.894	114.790	47.501	43.408
Remuneração	90.827	87.670	36.742	33.861
Benefícios	23.101	21.581	8.618	7.848
FGTS	5.966	5.539	2.141	1.699
Impostos, taxas e contribuições:	87.502	92.115	38.546	36.702
Federal	39.231	44.243	8.606	8.570
Estadual	40.625	41.280	29.536	27.830
Municipal	7.646	6.592	404	302
Remuneração de capitais de terceiros:	113.885	139.974	115.286	133.093
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais passivas	76.932	104.049	47.989	80.262
Afretamento, locações e arrendamento	36.953	35.925	67.297	52.831
Remuneração de capitais próprios:	(37.935)	26.543	(37.949)	26.531
Lucros retidos	(37.949)	26.531	(37.949)	26.531
Participação de acionistas não controladores	14	12	-	-
Valor adicionado total distribuído	283.346	373.422	163.384	239.734

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras intermediárias.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas ("Log-In" ou "Companhia") são prestadoras de serviços marítimos de cabotagem e longo curso (Mercosul), além de operarem em transportes rodoviários de cargas e em terminais terrestres e portuários no Brasil.

A Companhia oferece soluções integradas para movimentação e transporte de contêineres porta-a-porta e carga fracionada, ou seja, por meio marítimo complementado pela ponta rodoviária. Em 31 de março de 2026, a Companhia possui 9 (nove) navios próprios em operação, 1.245 (mil duzentos e quarenta e cinco) veículos na frota própria, incluindo carretas, opera 1 (um) terminal portuário e 1 (um) terminal intermodal.

A Log-In ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem seus títulos negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código LOGN3.

A Companhia é controlada pela SAS Shipping Agencies Services Sàrl ("SAS"), empresa do Grupo MSC e titular majoritário das ações ordinárias de emissão da Log-In, excluídas as ações em tesouraria, conforme nota explicativa nº 18.

2. DESTAQUES

A seguir alguns assuntos importantes ocorridos no primeiro trimestre de 2026:

▪ Aquisição Imobiliária

Em 20 de outubro de 2025, a Tecmar Transportes Ltda., subsidiária integral da Log-In, celebrou o Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Bem Imóvel para adquirir um imóvel comercial localizado em Manaus de propriedade da Gradiente S.A. ("Operação"). O montante da Operação é de até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), deduzidos os encargos, tributos e demais custos incidentes, pagos após o cumprimento de todas as condições precedentes necessárias para a conclusão da Operação.

A Companhia entende que a Operação vai capturar sinergias estratégicas e necessárias para a expansão dos negócios da Tecmar na região, permitindo ampliar a oferta de serviços logísticos, incluindo transporte, armazenagem, pré-stacking de contêineres, se consolidando ainda mais como uma solução logística relevante e eficiente para indústria e varejo no pólo industrial de Manaus.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

3.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações financeiras individuais e consolidadas ("informações financeiras") foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 BASE DE ELABORAÇÃO

As informações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A Administração e os Conselheiros têm, na data de aprovação das informações financeiras, total expectativa de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das informações financeiras individuais e consolidadas.

3.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Estas informações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, com arredondamento quando aplicável, exceto quando indicado de outra forma.

Para as controladas do exterior que atuam em ambiente econômico estável e possuem moeda funcional distinta da Controladora (Reais), as demonstrações do resultado são convertidas para Reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

Para a Log-In Mercosur, controlada que atua em ambiente de economia hiperinflacionária (Argentina), os demonstrativos financeiros foram preparados pela Administração daquela investida na moeda funcional daquele país e posteriormente convertidos para a moeda de apresentação da controladora utilizando os preceitos previstos pelo CPC 42 – Contabilidade em economia hiperinflacionária (IAS 29).

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da alienação dos investimentos.

3.4 BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e suas controladas, elaboradas até 31 de março de 2026. Outras informações sobre as controladas da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 11.

O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o seu controle e termina quando o perde. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle e até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as informações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Companhia. Todas as transações, saldos, receitas, lucros não realizados e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do grupo são eliminados nas informações financeiras consolidadas.

As participações dos não controladores em controladas são identificadas separadamente da participação da Companhia nessas controladas. O valor contábil das participações dos não controladores, corresponde ao valor dessas participações no reconhecimento inicial acrescido da parcela de variações subsequentes no patrimônio líquido das controladas.

3.5 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A atividade de negócio da Companhia consiste em soluções integradas para movimentação e transporte de contêineres porta-a-porta. Com vistas a proporcionar a intermodalidade aos clientes, a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, rodoviários de curta distância, terminal terrestre, terminal portuário e armazenagem. Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes.

O Terminal Portuário (“Terminal de Vila Velha – TVV”) além de fazer parte das soluções integradas da Companhia, passou a operacionalizar cada vez mais cargas gerais, principalmente relacionadas a novos negócios, posicionando-se cada vez mais como terminal multipropósito. A Tecmar e a Oliva Pinto foram enquadradas como transporte rodoviário de carga da Companhia. As informações foram preparadas e analisadas pelo Presidente da Companhia (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho da empresa para o período findo em 31 de março de 2026. São consideradas intermodalidades dos serviços prestados os três segmentos operacionais, os quais são:

- Soluções Integradas;
- Terminal Portuário; e
- Transporte Rodoviário de Carga.

O principal tomador de decisões da Companhia não analisa determinadas contas patrimoniais segregadas por segmento operacional, com exceção dos empréstimos, financiamentos e debêntures. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

- Informações sobre resultado por segmento

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31 de março de 2026					31 de março de 2025				
	Soluções Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado	Soluções Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
<i>Operações contínuadas</i>										
Receita líquida	518.981	106.612	134.396	(79.845)	680.144	527.610	88.093	129.869	(61.809)	683.763
Custo dos serviços prestados	(506.217)	(67.637)	(140.036)	79.845	(634.045)	(437.897)	(55.174)	(141.089)	61.809	(572.351)
LUCRO BRUTO	12.764	38.975	(5.640)	-	46.099	89.713	32.919	(11.220)	-	111.412
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	16.644	-	-	-	16.644	19.242	-	-	-	19.242
Despesas administrativas e comerciais	(29.478)	(9.438)	(10.373)	-	(49.289)	(25.631)	(10.256)	(8.682)	-	(44.569)
Outras receitas (despesas), líquidas	(4.688)	31	1.842	-	(2.815)	2.597	1.285	1.287	-	5.169
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(4.758)	29.568	(14.171)	-	10.639	85.921	23.948	(18.615)	-	91.254
RESULTADO FINANCEIRO										
Receitas financeiras	18.710	3.482	411	(4.031)	18.572	7.929	3.825	314	(3.696)	8.372
Despesas financeiras	(40.736)	(11.616)	(18.918)	4.031	(67.239)	(44.118)	(11.926)	(10.095)	3.696	(62.443)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	26.017	295	(7)	-	26.305	18.383	417	-	-	18.800
	3.991	(7.839)	(18.514)	-	(22.362)	(17.806)	(7.684)	(9.781)	-	(35.271)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(767)	21.729	(32.685)	-	(11.723)	68.115	16.264	(28.396)	-	55.983
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL										
Corrente	(5.800)	(10.254)	(95)	-	(16.149)	(7.670)	(6.225)	(909)	-	(14.804)
Diferido	(14.489)	2.997	1.429	-	(10.063)	(16.184)	2.468	(920)	-	(14.636)
	(20.289)	(7.257)	1.334	-	(26.212)	(23.854)	(3.757)	(1.829)	-	(29.440)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(21.056)	14.472	(31.351)	-	(37.935)	44.261	12.507	(30.225)	-	26.543

RECEITA DE FRETES E DE SERVIÇOS

	31 de março de 2026					31 de março de 2025				
	Soluções Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado	Soluções Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Receita de fretes	537.806	4.853	159.354	(75.188)	626.825	540.786	5.187	156.327	(57.294)	645.006
Receita de serviços	43.268	113.833	-	(4.657)	152.444	41.772	91.677	2.700	(4.515)	131.634
Receita bruta	581.074	118.686	159.354	(79.845)	779.269	582.558	96.864	159.027	(61.809)	776.640
Tributos sobre as receitas	(62.092)	(12.075)	(24.958)	-	(99.125)	(54.948)	(8.771)	(29.158)	-	(92.877)
Receita líquida	518.982	106.611	134.396	(79.845)	680.144	527.610	88.093	129.869	(61.809)	683.763

NATUREZA DAS DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31 de março de 2026					31 de março de 2025				
	Soluções Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado	Soluções Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Pessoal, encargos e benefícios	(78.601)	(21.453)	(34.697)	-	(134.751)	(70.888)	(19.841)	(34.351)	-	(125.080)
Material	(12.374)	(3.351)	(8.508)	-	(24.233)	(12.673)	(2.283)	(7.477)	-	(22.433)
Óleo combustível e gases	(43.664)	(2.120)	(13.107)	-	(58.891)	(57.124)	(1.707)	(12.833)	-	(71.664)
Afretamento, locações e arrendamento	(67.754)	(6.510)	(1.835)	48.671	(27.428)	(58.319)	(5.500)	(2.102)	34.967	(30.954)
Serviços contratados	(289.714)	(30.199)	(77.996)	31.175	(366.734)	(231.972)	(25.794)	(78.908)	26.842	(309.832)
Depreciação e amortização	(54.173)	(12.424)	(9.930)	-	(76.527)	(54.196)	(7.974)	(9.624)	-	(71.794)
Outros	10.585	(1.018)	(4.337)	-	5.230	21.645	(2.331)	(4.476)	-	14.838
	(535.695)	(77.075)	(150.410)	79.846	(683.334)	(463.527)	(65.430)	(149.771)	61.809	(616.919)

- Informações sobre área geográfica

ATIVO NÃO CIRCULANTE

	31 de março de 2026				
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Brasil	2.345.645	564.643	271.810	(1.187.081)	1.995.017
Áustria	587.676	-	-	-	587.676
Outros países*	798	-	-	-	798
Ativo não circulante total	2.934.119	564.643	271.810	(1.187.081)	2.583.491

*Por não serem individualmente representativas, as informações financeiras provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

	31 de março de 2025				
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Brasil	2.484.837	512.502	275.318	(993.951)	2.278.706
Áustria	630.505	-	-	-	630.505
Outros países	197	-	-	-	197
Ativo não circulante total	3.115.539	512.502	275.318	(993.951)	2.909.408

PASSIVO

Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	31 de março de 2026				
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Brasil	1.281.221	197.241	159.050	-	1.637.512
Total	1.281.221	197.241	159.050	-	1.637.512
Passivo circulante	187.153	28.809	73.771	-	289.733
Passivo não circulante	1.094.068	168.432	85.279	-	1.347.779

Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	31 de março de 2025				
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Brasil	1.391.000	213.130	73.912	-	1.678.042
Total	1.391.000	213.130	73.912	-	1.678.042
Passivo circulante	248.572	28.209	66.558	-	343.339
Passivo não circulante	1.142.428	184.921	7.354	-	1.334.703

RECEITA BRUTA E LÍQUIDA

	31 de março de 2026					31 de março de 2025				
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Transporte Rodoviário de Carga	Eliminação	Consolidado
Brasil	427.276	71.360	159.354	(69.110)	588.880	364.903	44.703	159.027	(44.293)	524.340
Argentina	24.120	-	-	(328)	23.792	23.041	-	-	(296)	22.745
Suíça	88.734	21.203	-	-	109.937	132.105	-	-	-	132.105
Áustria	10.407	-	-	(10.407)	-	17.219	-	-	(17.219)	-
Dinamarca	7.984	8.440	-	-	16.424	10.285	10.836	-	-	21.121
Alemanha	23	-	-	-	23	2.880	52	-	-	2.931
França	18.861	5.302	-	-	24.163	22.052	6.348	-	-	28.400
Israel	197	103	-	-	300	857	318	-	-	1.175
China	140	12.238	-	-	12.378	1.215	7.435	-	-	8.650
Itália	18	45	-	-	63	-	944	-	-	944
Outros (*)	3.300	9	-	-	3.309	8.001	26.228	-	-	34.229
Receita bruta	581.060	118.700	159.354	(79.845)	779.269	582.558	96.864	159.027	(61.809)	776.640
Tributos sobre receita	(62.092)	(12.075)	(24.958)	-	(99.125)	(54.948)	(8.771)	(29.158)	-	(92.877)
Receita líquida	518.968	106.625	134.396	(79.845)	680.144	527.610	88.093	129.869	(61.809)	683.763

(*) Por não serem individualmente representativas, as informações financeiras provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

3.6 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (“DFC”)

A Companhia e suas controladas classificam nas demonstrações dos fluxos de caixa os juros pagos e os mútuos obtidos como atividade de financiamento, os mútuos concedidos como atividade de investimento e os dividendos recebidos como atividade operacional. Sendo assim, a Companhia entende que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros, os dividendos recebidos representam uma extensão de suas atividades operacionais, os mútuos obtidos são úteis para prever as exigências sobre futuros fluxos de caixa, bem como para gerir sua capacidade financeira, utilizando recursos externos com objetivo de financiar as atividades operacionais e de financiamento e os mútuos concedidos representam aumento e/ou diminuição dos ativos de longo prazo (não circulantes) que a Companhia utiliza para produzir bens e serviços.

3.7 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Companhia e suas controladas, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras individuais e como informação suplementar às informações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

3.8 INFORMAÇÕES MATERIAIS DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações materiais das políticas contábeis para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação dessas informações financeiras, estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas. Essas práticas contábeis são consistentes com as adotadas e divulgadas nas informações financeiras dos períodos anteriores apresentadas para fins de comparação.

a) IFRS/CPC novas e alteradas em vigor no exercício corrente

A partir de 1º de janeiro de 2026, estão vigentes as seguintes novas normas e alterações:

- Alterações à IFRS 7 (CPC 40) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação;
- Alterações à IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros;
- Alterações à IAS 7 (CPC 03 (R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A adoção dessas novas normas e alterações não resultou em impactos significativos nas informações financeiras de 31 de março de 2026 e períodos comparativos.

b) IFRS/CPC novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

- Emissão da IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras;
- Emissão da IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações;
- Alterações à CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- Alterações à CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis;

A Administração não espera que a adoção das normas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

A preparação das informações financeiras intermediárias requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas informações financeiras intermediárias estão apresentados nas seguintes notas explicativas e consideram a não existência de mudanças para as informações financeiras intermediárias comparativas:

Estimativas e julgamentos contábeis críticos	Notas explicativas
Mensuração das perdas de crédito esperadas ("PCE") em contas a receber	6
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	10
Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	10
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	12
Premissas para identificação de indicativos de perda e testes de recuperabilidade de ativos imobilizados e intangíveis	12 e 13
Taxa de desconto incremental utilizada para mensurar as transações com arrendamentos	14
Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências	17
Receitas altamente prováveis sujeitas à relação de <i>Hedge Accounting</i>	18

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa, mensurados a valor justo por meio do resultado, compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor, com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

As aplicações financeiras são inicialmente mensuradas a valor justo e subsequentemente de acordo com as suas respectivas classificações:

- Custo amortizado: fluxos de caixa que constituem o recebimento, em datas especificadas, de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e o modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. A receita de juros é calculada através do método de juros efetivos;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: títulos nos quais a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

- Valor justo por meio do resultado: todos os demais títulos e valores mobiliários.

Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Caixa e bancos	34.115	31.523	22.261	17.778
Aplicações financeiras	186.287	268.586	140.548	209.860
	220.402	300.109	162.809	227.638

As aplicações financeiras do consolidado referem-se principalmente a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 98,94% do CDI (100,95% em 31 de dezembro de 2025).

As aplicações financeiras da controladora referem-se principalmente a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 98,06% do CDI (100,74% em 31 de dezembro de 2025).

Composição das aplicações financeiras

	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Custo amortizado	19.289	7.303
Valor justo por meio do resultado	31.695	32.041
	50.984	39.344
Circulante	18.559	7.303
Não circulante	32.425	32.041

As aplicações financeiras referem-se principalmente a investimentos em fundos, com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 99,09% do CDI (100,67% em 31 de dezembro de 2025).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

- Política contábil

Contas a receber de clientes representam os valores a receber pelos serviços prestados pela Companhia e suas controladas. É reconhecido ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber.

- Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante da não concretização do efetivo pagamento pelos seus clientes. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais. Ao mensurar as Perdas de Crédito Esperadas (“PCE”) a Companhia e suas controladas usam informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam em premissas econômicas e como essas irão afetar potenciais riscos de perda por inadimplência em suas operações.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PCE, sendo uma estimativa da inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

A Companhia e suas controladas constituíram perda (PCE) para todas as contas a receber em que experiência histórica indicou que esses títulos em geral não são recuperáveis.

- Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Contas a receber de clientes	490.362	528.467	232.284	275.055
Perdas de crédito esperadas	(5.761)	(10.528)	(1.864)	(10.528)
	484.601	517.939	230.420	264.527
Circulante	416.071	449.409	230.420	264.527
Não Circulante (a)	68.530	68.530	-	-

(a) Esse reconhecimento está relacionado ao processo judicial no Terminal de Vila Velha em que a União foi condenada a pagar as tarifas de armazenagem das mercadorias apreendidas pela Receita Federal, com juros e correção monetária, conforme sentença transitada em julgado. O montante a ser pago à Companhia será liquidado em aproximadamente três anos, com expectativa de pagamento até 2027. A venda do crédito por meio de precatório não se mostra viável economicamente para companhia no período findo em 31 de março de 2026, uma vez que o montante permanecerá sujeito à correção monetária até o efetivo pagamento, e o fluxo de caixa da Companhia não contempla esse recebimento, caracterizando-o como um valor extraordinário, sem impacto direto na operação regular e necessidade de liquidez da Companhia.

“Aging list” do contas a receber de clientes de curto prazo	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Valores a vencer	242.077	274.425	156.265	181.479
Valores vencidos:				
De 0 a 30 dias	33.906	58.216	7.295	30.002
De 31 a 90 dias	39.882	46.661	20.859	28.940
De 91 a 180 dias	44.510	28.634	27.249	14.652
De 181 a 360 dias	30.153	26.781	10.804	10.187
Acima de 360 dias	31.304	25.220	9.812	9.795
	421.832	459.937	232.284	275.055

Movimentação das perdas de crédito esperadas	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Saldos iniciais	(10.528)	(1.584)	(10.528)	(1.584)
Adições e Reversões	(180)	(167)	(180)	(167)
Baixas em contas a receber	4.947	(8.777)	8.844	(8.777)
Saldos finais	(5.761)	(10.528)	(1.864)	(10.528)

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

▪ Composição

As principais transações da Companhia com partes relacionadas consistem em prestação de serviços, realizadas em condições normais de mercado. Os preços praticados são determinados com base em critérios de mercado, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 11, que apresenta informações sobre as empresas controladas envolvidas.

	Consolidado				Controladora			
	31.03.2026		31.12.2025		31.03.2026		31.12.2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Terminal de Vila Velha S.A. - TVV (a)	-	-	-	-	51.124	35.718	44.902	30.851
Log-In Mercosur S.R.L (b)	-	-	-	-	100	1.480	2.351	1.752
Log-In International GmbH (c)	-	-	-	-	1	32.301	1	31.030
Log-In Uruguay (d)	-	-	-	-	445	1.250	462	1.318
Log-In Navegação Ltda (e)	-	-	-	-	56.451	16.147	45.667	12.618
Log-In Marítima Cabotagem Ltda (f)	-	-	-	-	5.820	88.926	1.743	73.398
Tecmar Transportes (g)	-	-	-	-	142.694	8.810	140.796	3.625
Oliva Pinto (h)	-	-	-	-	473	2.657	1.035	3.022
MSC Mediterranean Shipping Company S.A (i)	35.120	9.951	46.146	7.994	29.510	9.897	35.418	8.067
MSC Mediterranean Logística Ltda (i)	1.271	12.166	1.587	997	558	12.064	944	913
MSC Multi-Rio Operações Portuárias S.A (i)	691	2	778	5	21	2	21	5
Portonave (Grupo MSC) (i)	-	4.359	-	3.832	-	4.359	-	3.832
MSC Mediterranean Shipping do Brasil LTDA (i)	-	1.269	3.284	456	-	1.042	5.209	339
Uniter Administração de Bens Ltda (i)	-	-	-	28	-	-	-	-
MSC Global Supplies Srl (i)	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil Terminal Portuário S.A. (i)	-	2	-	2	-	2	-	2
Medlog Paraguay Sociedad Anonima (i)	-	40	-	46	-	40	-	46
Medlog Argentina S.A.(i)	-	91	-	91	-	91	-	91
Tecon - Rio Grande S/A(j)	5	1.002	5	907	5	1.002	5	907
Tecon - Salvador S/A(j)	142	2.705	594	2.653	142	2.705	594	2.653
Wilson Sons Serviços Marítimos Ltda.(j)	-	1.945	-	2.159	-	1.369	-	1.688
Wilson Sons Terminais e Logística Ltda.(j)	18	-	11	2	18	-	11	2
Allink Transportes Internacionais LTDA.(j)	17	-	28	-	17	-	28	-
Wilson Sons Shipping Services Ltda. (j)	-	4	-	-	-	-	-	-
	37.264	33.536	52.433	19.172	287.379	219.862	279.187	176.159
Circulante	37.264	33.536	52.433	19.172	178.453	219.862	173.937	176.159
Não circulante	-	-	-	-	108.926	-	105.250	-

Os saldos ativos com partes relacionadas se referem, principalmente, às seguintes transações:

- Dividendos a receber no montante de R\$18.736, compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$27.926 e reembolso de despesas no valor de R\$4.462.
- Serviços de frete e limpeza de contêiner no valor de R\$100.
- Referem-se a valores a receber de despesas administrativas.
- Reembolso de despesas administrativas.
- Compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$12.094, reembolso de compra de bunker no valor de R\$23.201 e reembolso de despesas operacionais no valor de R\$21.156.
- Compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$1.652 e reembolso de despesas operacionais no valor de R\$4.168.
- Mútuos a receber junto a Tecmar Transportes no montante de R\$108.926, e serviços de frete no valor R\$33.466, transações essas com a incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.
- Reembolso de despesas administrativas.
- Valores a receber junto ao Grupo MSC decorrentes de prestação de serviços.
- Valores a receber junto ao Grupo Wilson Sons decorrentes de prestação de serviços.

Os saldos passivos com partes relacionadas se referem, basicamente, às seguintes transações:

- Valores a pagar no montante de R\$35.718, referente a serviços portuários e movimentação de carga e descarga de contêineres.
- Serviços de operações portuárias no valor de R\$1.480.
- Valores a pagar referentes a afretamento de embarcação com a controlada, no montante de R\$32.301.
- Dividendos a pagar de R\$1.250, correspondente a US\$240, junto a Log-In Uruguay.
- Valores a pagar referentes a afretamento de embarcação com a controlada, no montante de R\$16.147.
- Valores a pagar referentes a afretamento de embarcação com a controlada, no montante de R\$88.926.

- g) Valores a pagar referentes a serviços de transporte rodoviário com a controlada, no montante de R\$8.810.
h) Valores a pagar referentes a serviços de transporte rodoviário com a controlada, no montante de R\$2.657.
i) Valores a pagar a empresas do grupo MSC referente a serviços contratados de apoio aos modais portuário e rodoviário.
j) Valores a pagar a empresas do grupo Wilson Sons referente serviços contratados de apoio aos modais portuário.

As transações da Companhia com partes relacionadas registradas nos resultados dos períodos findos em 31 de março de 2026 e de 2025 totalizam os montantes a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	31.03.2026		31.03.2025		31.03.2026		31.03.2025	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Terminal de Vila Velha S.A. - TVV	-	-	-	-	60	(4.657)	-	(4.515)
Log-In Mercosur S.R.L	-	-	-	-	157	(328)	309	(800)
Log-In International GmbH	-	-	-	-	-	(3.575)	-	(8.536)
Log-In Navegação Ltda	-	-	-	-	24	(24.340)	-	(8.555)
Log-In Marítima Cabotagem Ltda	-	-	-	-	-	(13.923)	-	(9.048)
MSC Mediterranean Logística Ltda	48	(5.069)	-	(3.554)	48	(5.647)	-	(2.573)
MSC Mediterranean Shipping Company S.A.	107.795	-	155.265	(1.688)	79.111	-	113.344	(1.327)
MSC Mediterranean Shipping do Brasil LTDA	-	(5.094)	3	(6.762)	-	(5.158)	3	(6.649)
MSC Multi-Rio Operações Portuárias S.A	1.029	-	224	-	-	-	-	(507)
Tecmar Transportes	-	-	-	-	10.421	(12.008)	6.868	(11.552)
Brasil Terminal Portuário S.A.	-	-	-	(289)	-	-	-	(289)
Portonave (Grupo MSC)	-	(12.577)	-	(8.405)	-	(12.577)	-	(8.405)
Medlog Paraguay Sociedad Anonima	-	(15)	-	-	-	(15)	-	-
Medlog Argentina S.A	-	(10)	-	(438)	-	(10)	-	(438)
Uniter Administração de Bens Ltda	-	(23)	-	(66)	-	(23)	-	(66)
MSC Global Supplies Srl	-	-	-	(703)	-	-	-	(351)
Mediterranean Shipping Company España S.L.U.	-	-	-	-	-	-	-	-
Oliva Pinto	-	-	-	-	219	(7.029)	-	(6.804)
Wilson Sons Serviços Marítimos Ltda.	-	(5.637)	-	-	-	(4.138)	-	-
Wilson Sons Terminais e Logística Ltda.	-	(85)	-	-	-	(85)	-	-
Tecon - Rio Grande S/A	-	(4.748)	-	-	-	(4.748)	-	-
Tecon - Salvador S/A	-	(8.449)	-	-	-	(8.632)	-	-
Allink Transportes Internacionais LTDA.	55	-	-	-	55	-	-	-
Wilson Sons Shipping Services Ltda.	36	(3)	-	-	-	-	-	-
	108.963	(41.710)	155.492	(21.905)	21.905	90.095	120.524	(70.415)

	Consolidado				Controladora			
	31.03.2026		31.03.2025		31.03.2026		31.03.2025	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Fretes e serviços	108.963	(41.710)	155.492	(21.905)	7.204	(65.860)	117.161	(70.415)
Receitas Financeiras	-	-	-	-	3.677	-	3.363	-
	108.963	(41.710)	155.492	(21.905)	10.881	(65.860)	120.524	(70.415)

O saldo de mútuo a receber com a controlada Tecmar Transportes Ltda. teve a seguinte movimentação no período findo em 31 de março de 2026:

	Saldos em 31.12.2025	Mútuos concedidos	Encargos financeiros	Recebimentos de mútuos	Saldos em 31.03.2026
Mútuos com controladas	105.250	-	3.676	-	108.926

A remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo benefícios de curto e longo prazos, está demonstrada no quadro a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	31.03.2026	31.03.2025
Remuneração e bônus	3.931	4.083
	3.931	4.083

A Companhia firmou contrato para arrendamento de contêineres e imóvel com o Grupo MSC. Os valores estão apresentados na nota explicativa nº 14, na rubrica “Composição das obrigações com arrendamento mercantil”, no grupo “Equipamentos de contêineres” e “Imóveis de Escritório”, no montante total de R\$84.284 e R\$21.688 respectivamente, sendo o valor a seguir referente a partes relacionadas:

Consolidado

Controladora

	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
MSC Mediterranean Shipping Company S.A	40.726	57.415	40.726	57.415
Uniter Administração de Bens Ltda.	549	553	549	553
	41.275	57.968	41.275	57.968

8. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Imposto e renda e contribuição social	26.297	28.947	4.386	7.067
PIS e COFINS (a)	235.597	240.518	216.026	214.368
Outros	9.326	4.082	1.436	1.367
	271.220	273.547	221.848	222.802
Circulante	271.220	273.547	221.848	222.802

(a) Do montante total de R\$ 235.597, R\$ 159.297 foram reconhecidos em 2025. Esse valor refere-se a crédito fiscal decorrente de ação judicial relacionada à Zona Franca de Manaus, já transitada em julgado e habilitada juto a Receita Federal, o qual a Companhia utilizará para compensação com saldos de impostos a pagar, de mesma natureza, a serem gerados em 2026.

9. ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE – “AFRMM”

Política contábil

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) foi instituído pelo Decreto-lei nº 2.404/1987 e disciplinado pela Lei nº 10.893/2004. Com as alterações trazidas pelas Leis nº 12.599/2012 e 12.788/2013, a administração das atividades relativas à cobrança, fiscalização, arrecadação, restituição e ressarcimento do AFRMM passou a ser de responsabilidade da Receita Federal do Brasil (RFB).

O AFRMM destina-se a atender aos encargos da intervenção da União no apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval brasileira e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

A Companhia aufer 8% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes, cujos montantes podem apenas ser utilizados na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita subvencionada na demonstração do resultado, a contrapartida do benefício registrado no ativo é registrada em conta específica do passivo da Companhia.

O benefício do AFRMM é reconhecido no ativo e passivo circulantes quando da liberação para a conta vinculada dos recursos a receber do Fundo da Marinha Mercante – FMM, bem como os valores a receber do FMM referentes às amortizações de financiamentos efetuados com recursos próprios da Companhia. Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado quando da amortização dos financiamentos à medida que ocorre o cumprimento das obrigações previstas na legislação específica.

As subvenções para investimento não estão sujeitas à tributação, devendo ser registradas como reservas de lucros até o limite do lucro líquido do período, conforme nota explicativa nº 18. O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação vigente a essa subvenção para investimentos.

Composição

	Consolidado e Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025
Balço patrimonial – Ativos:		
AFRMM a aplicar (estimativa de liberação em 12 meses)	49.222	62.941
AFRMM a aplicar(a)	53.480	30.939
	102.702	93.880
Circulante	49.222	62.941
Não circulante	53.480	30.939

(a) O AFRMM a aplicar está reconhecido no ativo não circulante devido a previsibilidade de recebimento dos recursos, junto ao órgão administrador da subvenção, ser maior do que o ciclo operacional praticado pela Companhia.

Segue a movimentação dos recursos oriundos do AFRMM registrados pela Companhia nas informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2026:

	Consolidado e Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025
Saldo inicial	93.880	143.527
Adições/receita	16.644	88.337
Transferência para conta corrente	(7.946)	(138.488)
Outros	124	504
Saldo final	102.702	93.880

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

▪ Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto corrente se baseia no lucro real do período, conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e mensurados pelas alíquotas estimadas para o período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e os prejuízos e créditos fiscais sejam utilizáveis, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro, base do registro contábil do ativo fiscal diferido em 31 de março de 2026, baseia-se em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Esse processo de análise técnica e aprovação é efetuado anualmente pela Companhia.

▪ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados preparados pela Administração. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável futuro projetado, baseado no planejamento de movimentação de contêineres e cargas, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos tais como taxas de câmbio, taxas de inflação e juros; e (iii) aspectos comerciais e tributários, esses quando alterados.

Além disso, a Companhia aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as informações financeiras consolidadas. A Log-In e suas controladas estão sujeitas a revisões das declarações de imposto de renda e de outros impostos e, portanto, podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão de diferenças na interpretação das leis e regulamentos tributários aplicáveis.

▪ Reconciliação do Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro (CSLL)

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Lucro(prejuízo) antes dos impostos	(11.723)	55.983	(25.938)	35.431
Crédito (despesas) IRPJ e CSLL à alíquota efetiva (34%)	3.986	(19.034)	8.819	(12.047)
Ajustes:				
Receitas subvenções fiscais (AFRMM aplicado)	5.659	6.542	5.659	6.542
Créditos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos	(36.200)	(23.697)	(27.525)	(14.471)
Resultado de equivalência	-	-	(837)	1.868
Outros	343	6.749	1.873	9.208
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(26.212)	(29.440)	(12.011)	(8.900)
Corrente	(16.149)	(14.804)	(1.452)	-
Diferido	(10.063)	(14.636)	(10.559)	(8.900)

Composição tributos diferidos

Impostos diferidos	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Balço patrimonial - ativo (líquido):				
Prejuízos fiscais e bases negativas	194.968	194.968	167.093	167.093
Diferenças temporárias (a)	144.908	145.997	128.817	132.237
	339.876	340.965	295.910	299.330
Balço patrimonial - passivo (líquido):				
Diferenças temporárias (b)	100.449	92.610	-	-
	100.449	92.610	-	-

- (a) Diferenças temporárias ativas relacionadas, basicamente, às provisões operacionais e administrativas, arrendamento mercantil, provisões para riscos e variação cambial tributadas pelo regime de caixa.
- (b) Diferenças temporárias passivas relacionadas, basicamente à depreciação acelerada de embarcação nas empresas de navegação e às mais e menos valia dos ativos adquiridos e passivos assumidos na transação de combinação de negócios Tecmar.

A expectativa de realização desses créditos fiscais diferidos ativos, atualizados pelas diferenças temporais ocorridas até 31 de março de 2026, conforme estudo aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, está demonstrada conforme quadro a seguir:

Ano	Consolidado	Controladora
	31.03.2026	31.03.2026
2026	13.126	-
2027	7.151	-
2028	13.389	-
2029	5.731	4.041
2030	13.483	13.483
2031-2033	102.880	102.880
2034-2035	117.091	108.481
	272.851	228.885

As principais premissas do Estudo Técnico (Plano de Negócios) preparadas pela Administração e aprovados pelos órgãos de governança consideram uma operação com uma frota de nove embarcações próprias, trazidas no direito de tonelagem, aliadas às estratégias de crescimento de capacidade no médio prazo.

As bases e os impostos apresentados a seguir representam os créditos tributários não registrados contabilmente em 31 de março de 2026, em função da ausência de perspectiva de realização desses montantes no estudo técnico aprovado.

Descrição	Consolidado		Controladora	
	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido
IRPJ	1.875.744	467.080	1.398.230	349.558
CSLL	1.786.620	160.796	1.494.729	134.526
Total		627.876		484.084

As mudanças no CPC 32 (IAS 12) foram feitas para adequação às regras do Pilar Dois da OCDE, que impõem uma tributação mínima global para grandes empresas. A norma exige que grupos econômicos com receita acima de € 750 milhões avaliem sua alíquota efetiva em cada país onde atuam. Caso essa alíquota seja inferior a 15%, será necessário pagar um tributo complementar.

No Brasil, a regra foi implementada pela Lei nº 15.079/2024, com vigência a partir de 2025. Após avaliação, concluiu-se que não houve impactos relevantes para a Companhia, razão pela qual não há efeitos a serem refletidos nestas informações financeiras.

11. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

▪ **Política contábil**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. Para fins de mensuração do resultado de equivalência patrimonial, a Log-In e suas controladas utilizam a mesma data base.

▪ **Composição**

Entidades	Atividade principal	Quantidade de quotas/ações (em un.)	% de participação
Log-In International GmbH (a)	Logística	1	100,00
Log-In Mercosur S.R.L. (b)	Apoio portuário	567.819	94,00 ¹
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. (c)	Apoio portuário	100.000	100,00
Log-In Navegação Ltda. (d)	Feeder	101.394.963	99,99 ²
Log-In Marítima Cabotagem Ltda. (e)	Cabotagem	166.511.443	99,99 ²
Terminal de Vila Velha S.A. (f)	Portuária e armazenagem	9.766.878	99,90
Tecmar Transportes Ltda. (g)	Transporte rodoviário	167.423.024	100,00
Oliva Pinto Logística Ltda. (h)	Transporte rodoviário	23.743.911	100,00 ³

- 1) 6% são detidos pela Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.
 2) 0,001% detidos pelo TVV.
 3) 100% adquiridos pela controlada Tecmar Transportes Ltda.

a) Log-In International GmbH (“GmbH”)

Empresa sediada na Áustria, com atuação no país ou no exterior e propósito de administrar, adquirir, vender ou alugar propriedade real e pessoal em todo o mundo, no campo da logística e especificamente em relação com as empresas do grupo Log-In.

b) Log-In Mercosur S.R.L. (“Log-In Mercosur”)

Sociedade sediada na Argentina, com atuação na prestação de serviços de administração e logística, com assessoramento especializado no transporte, distribuição de materiais e equipamentos, por vias aérea, terrestre, marítima ou fluvial; no país ou exterior, além de armazenagem e despacho aduaneiro.

c) Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. (“Log-In Uruguay”)

Companhia sediada no Uruguai, com atuação no país ou no exterior, cujo objeto consiste em participar de outras sociedades, assim como realizar e administrar todo tipo de atividades de investimentos em títulos e valores mobiliários, além de compra, venda, aluguel, administração, construção e operações com bens imóveis, exceto bens rurais.

d) Log-In Navegação Ltda. (“Log-NAV”)

Sociedade sediada no Brasil cujo objeto consiste em explorar, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de transporte de cargas em geral, na navegação de cabotagem de longo curso e fluvial, assim como agenciar e armar embarcações, promover a representação comercial, despachos aduaneiros, importação e exportação de cargas, armazenagem, transporte multimodal, operações portuárias e atividades complementares, correlatas ou assessorias, inerentes às suas atividades.

e) Log-In Marítima Cabotagem Ltda. (“Log-MAR”)

Empresa sediada no Brasil, com atuação na exploração de embarcações próprias ou de terceiros, no comércio marítimo de transporte de cargas em geral, na navegação de cabotagem, de longo curso e fluvial, no agenciamento e armação de embarcações, na representação comercial, despachos aduaneiros, importação e exportação de cargas, armazenagem, operações de transporte multimodal, operações portuárias e atividades complementares, correlatas ou assessorias, inerentes às suas atividades.

f) Terminal de Vila Velha S.A. (“TVV”)

Companhia sediada no Brasil, que atua como operador portuário na exploração comercial dos berços 203 e 204 do cais de Capuaba, no Porto Organizado de Vitória, Espírito Santo e de suas instalações portuárias complementares e equipamentos destinados a movimentação de contêineres e carga geral, além da operação de transporte multimodal.

Adicionalmente, no dia 24 de fevereiro 2025, a subsidiária TVV celebrou um contrato para a exploração de instalação portuária localizada em retroárea do Porto Organizado de Vitória/ES, pelo prazo de 6 (seis) anos, junto à autoridade portuária Vports Autoridade Portuária S.A. Este investimento estratégico visa atender à crescente demanda do mercado de importação e exportação de cargas, incluindo contêineres, granito, produtos siderúrgicos e fertilizantes. Além disso, a nova instalação permitirá melhorias significativas no nível de serviço e na eficiência operacional.

g) Tecmar Transportes Ltda. (“Tecmar”)

Empresa sediada no Brasil, que atua no transporte rodoviário nacional e municipal de cargas e encomendas, armazém geral, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie. Opera também na organização logística de distribuição em nome próprio, de terceiros, consignatários ou expedidor além de atuar como operador logístico, administração e controle de estoque.

h) Oliva Pinto Logística Ltda. (“OP Logística”)

Empresa sediada no Brasil, que atua principalmente no transporte rodoviário de carga intermunicipal e interestadual, exceto produtos perigosos e mudanças.

▪ Principais saldos das sociedades controladas

	31.03.2026				31.12.2025			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do período	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Log-In Internacional GmbH	667.291	3.890	663.401	(2.941)	670.728	8.640	662.088	46.927
Log-In Mercosur S.R.L.	16.839	7.547	9.292	1.469	15.123	14.616	507	10.386
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.	2.284	656	1.628	535	2.396	695	1.701	1.452
Log-In Navegação Ltda.	199.802	167.703	32.099	5.511	153.184	133.074	20.110	(29.189)
Log-In Marítima Cabotagem Ltda.	291.695	85.911	205.784	9.945	298.251	125.928	172.323	70.964
Terminal de Vila Velha S.A.	761.014	531.506	229.508	14.471	638.952	448.645	190.307	105.783
Tecmar Transportes Ltda.	431.460	476.866	(45.406)	(31.351)	379.739	362.933	16.806	(88.899)
Oliva Pinto Logística Ltda.(a)	83.782	40.566	43.216	4.573	73.144	46.365	26.779	4.500

(a) Empresa avaliada pelo método de equivalência patrimonial na controlada Tecmar e controlada indireta da Log-In.

▪ **Movimentação dos investimentos em sociedades controladoras**

	Log-In GmbH	Log-In Mercosul	Log-In Uruguay	Log-Mar	TVV	Log-Nav	Tecmar	Total
Saldos em 31.12.2024	662.085	475	1.700	172.324	190.257	20.110	70.672	1.117.623
Equivalência patrimonial	4.251	6.987	880	73.515	74.947	2.933	(110.278)	53.235
Efeito inflacionário	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP propostos	-	-	-	(40.000)	(18.737)	-	-	(58.737)
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	23.374	23.374
Reserva de hedge accounting	-	-	-	-	-	3.931	-	3.931
Mais-valia de imobilizado	-	-	-	-	-	-	(21.218)	(21.218)
Mais-valia de não competição	-	-	-	-	-	-	(232)	(232)
Amortização de mais-valia de imobilizado	-	-	-	-	-	-	(2.223)	(2.223)
Menos-valia de contingências	-	-	-	-	-	-	164.622	164.622
Tributos diferidos sobre mais/menos valia	-	-	-	-	-	-	(47.923)	(47.923)
Derivativos	-	-	-	-	7.197	-	-	7.197
Ajustes de conversão	-	(84)	(987)	-	-	-	-	(1.071)
Saldos em 31.12.2025	666.336	7.378	1.593	205.839	253.664	26.974	76.794	1.238.578
Equivalência patrimonial	(2.941)	1.381	535	9.945	14.457	5.511	(31.351)	(2.463)
Dividendos Propostos	-	-	-	(10.000)	(40.000)	-	-	(50.000)
Reserva de hedge accounting	-	-	-	-	-	(402)	-	(402)
Adiantamento para o Futuro Capital (AFAC)	-	-	-	-	-	-	56.043	56.043
Derivativos	-	-	-	-	1.306	-	-	1.306
Mais-valia de imobilizado	-	-	-	-	-	-	(5.304)	(5.304)
Mais-valia de não competição	-	-	-	-	-	-	(58)	(58)
Mais-valia de ativo indenizável	-	-	-	-	-	-	2.767	2.767
Menos-valia de contingências	-	-	-	-	-	-	20.866	20.866
Tributos diferidos sobre mais/menos valia	-	-	-	-	-	-	(6.211)	(6.211)
Ajustes de conversão	-	(25)	(505)	-	-	-	-	(530)
Saldos em 31.03.2026	663.395	8.734	1.623	205.784	229.427	32.083	113.546	1.254.592
Investimentos	663.395	8.734	1.623	205.784	229.427	32.083	158.954	1.300.000
Perda com investimento (passivo)	-	-	-	-	-	-	(45.408)	(45.408)

12. IMOBILIZADO

▪ **Política contábil**

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (Impairment).

Os gastos com grandes manutenções (docagem) planejadas, efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das embarcações, são reconhecidos no ativo imobilizado. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como custos no resultado do período.

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal. Esses itens são depreciados de acordo com a vida útil do ativo imobilizado correspondente.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

▪ **Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Administração revisou as estimativas contábeis relacionadas à vida útil econômica de suas embarcações próprias.

Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou indicadores de *impairment*.

Composição

	Taxas médias anuais	Consolidado		Controladora	
		31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Bens em operação:					
Embarcações	4%	1.206.353	1.206.353	164.571	164.571
Edificações e Instalações	6%	203.525	203.525	18.949	18.949
Máquinas e equipamentos	7%	272.328	271.947	28.213	28.213
Benfeitorias embarcações afretadas	20%	300.005	300.005	155.265	155.265
Móveis e utensílios	10%	19.486	19.168	9.995	9.995
Equipamentos de processamento de dados	20%	55.920	55.920	25.903	25.903
Benfeitorias em imóveis locados de terceiros	10%	39.172	38.950	7.592	7.592
Veículos	20%	436.415	425.364	96	96
Outros bens	20%	4.441	4.696	2.988	2.988
		2.537.645	2.525.928	413.572	413.572
Imobilizações em curso		84.333	63.751	19.126	8.878
Imobilizado custo		2.621.978	2.589.679	432.698	422.450
Depreciação acumulada		(1.234.826)	(1.193.998)	(292.740)	(286.285)
Imobilizado líquido		1.387.152	1.395.681	139.958	136.165

Movimentação

	Consolidado						Controladora	
	Embarcações	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias embarcações afretadas	Demais bens	Imobilizações em curso	Total	Total
Custo								
Saldos em 31/12/2024	1.206.353	198.508	227.337	300.005	534.665	59.599	2.526.467	397.816
Adições	-	-	-	-	-	68.057	68.057	24.634
Transferências	-	5.017	49.455	-	9.433	(63.905)	-	-
Baixas	-	-	(4.845)	-	-	-	(4.845)	-
Saldos em 31/12/2025	1.206.353	203.525	271.947	300.005	544.098	63.751	2.589.679	422.450
Adições	-	-	-	-	-	32.645	32.645	10.248
Transferências	-	-	381	-	11.682	(12.063)	-	-
Baixas	-	-	-	-	(346)	-	(346)	-
Saldos em 31/03/2026	1.206.353	203.525	272.328	300.005	555.434	84.333	2.621.978	432.698
Depreciação acumulada								
Saldos em 31/12/2024	(389.162)	(59.482)	(96.056)	(157.354)	(334.051)	-	(1.036.105)	(262.338)
Adições	(35.142)	(11.917)	(12.603)	(53.210)	(49.569)	-	(162.440)	(23.947)
Baixas	-	-	4.548	-	-	-	4.548	-
Saldos em 31/12/2025	(424.304)	(71.399)	(104.111)	(210.564)	(383.620)	-	(1.193.998)	(286.285)
Adições	(11.651)	(3.064)	(4.234)	(9.445)	(12.675)	-	(41.069)	(6.455)
Baixas	-	-	-	-	240	-	240	-
Saldos em 31/03/2026	(435.955)	(74.463)	(108.345)	(220.009)	(396.055)	-	(1.234.826)	(292.740)
Total	770.398	129.062	163.983	79.996	159.379	84.333	1.387.152	139.958

As principais imobilizações em curso em 31 de março de 2026 são:

- R\$42.135 decorrente da docagem das embarcações
- R\$7.965 decorrente da reforma do *dolphin* de atracação da controlada TVV;
- R\$5.948 decorrente da reforma parcial do pátio da controlada TVV;
- R\$5.641 decorrente da aquisição de sistema de incêndio.

Provisão para perdas estimadas com realização de ativos em construção:

Cascos EI 506, EI 507 e EI 508

Em 12 de julho de 2017, a Companhia rescindiu o contrato de construção de 3 (três) embarcações junto ao estaleiro EISA, consequentemente, foi constituída provisão para perdas estimadas com a realização dos referidos ativos, líquida do valor da indenização a receber, no montante total de R\$57.428, como segue:

Consolidado e Controladora					
Descrição	Cascos EI-506, EI-507 e EI-508	Indenização por inadimplemento contratual, a receber	Materiais e equipamentos no estaleiro (a)	Reversão da perda estimada (b)	Provisão para perdas estimadas
Adiantamentos efetuados ao "EISA"	420.461	(59.632)	(22.236)	(281.165)	57.428
Encargos capitalizados	164.335	-	-	(164.335)	-
	584.796	(59.632)	(22.236)	(445.500)	57.428

- a) Em 30 de novembro de 2007, a Log-In celebrou com o EISA o Contrato de Construção de Navios sob Encomenda ("Contrato de Construção"), por meio do qual o EISA obrigou-se a "construir, lançar, equipar, montar, testar e entregar para a CONTRATANTE [Log-In], 05 (cinco) navios porta-contêiner de 2.700 (dois mil e setecentos) TEU, feitos de aço (...)", cujos cascos seriam identificados pelos números EI-504, EI-505, EI-506, EI-507 e EI-508.
- Em 2016, o estaleiro entrou em recuperação judicial e paralisou as suas operações sem entregar 3 navios, referentes aos cascos 506, 507 e 508, além de respectivas partes e peças. A Log-In rescindiu o contrato de construção e, em 2017, após a realização de teste de recuperabilidade dos ativos, realizou o lançamento contábil de saldo residual no ativo imobilizado referente aos valores que, à época, a Companhia entendia que teria condições de recuperar do estaleiro. O referido contrato previa que nas hipóteses de inadimplemento pelo estaleiro, a Log-In teria o direito de assumir a posse das partes e peças adquiridas pelo estaleiro com os recursos adiantados pela Companhia no âmbito do contrato de construção ou reverter o valor correspondente em indenização. A Assembleia de Credores do EISA deveria ter ocorrido no primeiro semestre de 2021, na qual o controlador do estaleiro apresentaria um plano de recuperação crível e que endereçasse o tema das partes e peças, mas isso não ocorreu. Até o momento o EISA não apresentou plano de recuperação judicial com condições factíveis para o pagamento dos credores, dentre eles a Log-In. Em virtude disso, as negociações que vinham sendo mantidas com o EISA para a retirada das partes e peças do estaleiro mostraram-se inviáveis.
- Nesse contexto e após análise da Administração da Companhia, foi deliberado em reunião de diretoria realizada em 27 de setembro de 2021, a desistência das partes e peças e conversão dos valores correspondentes em indenização. Em paralelo, o processo de RJ do EISA será acompanhado para cobrança dos créditos da Log-In, já habilitados no processo judicial e os valores acima estão 100% provisionados nas informações financeiras.
- Em 2023, foi realizada a segunda convocação da Assembleia de Credores, na qual foi deliberado a aprovação do plano de recuperação das Classes I (trabalhista), III (quirografia) e IV (quirografia EPP/ME). Para a Classe II (garantia real), houve um impasse de votos entre as partes representadas pelos credores do EISA e a Log-In, resultando na não aprovação do Plano de Recuperação Judicial. Ato contínuo, o EISA apresentou um pedido de "cram down" para a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, no qual foi deferido em 08 de agosto de 2023.
- b) No encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2025, a Log-In classificou, como perda definitiva, a dedução dos créditos da parcela efetiva que excede o compromisso assumido pelo EISA no âmbito do acordo de recuperação.

13. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ativos intangíveis em desenvolvimento (sistemas) são as aplicações dos resultados de pesquisa ou de outros conhecimentos em um plano ou projeto visando a produção de sistemas ou aprimoramento substancial, antes do início do seu uso, caracterizado conforme referido no CPC 04 (R1). Após a finalização do projeto e a sua disponibilidade para obter os benefícios gerados pela Companhia, é reconhecido no seu montante total como ativo intangível (sistemas) e amortizado a partir desta data.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Na aquisição do investimento em uma controlada, coligada ou joint venture, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil nas informações financeiras consolidadas como um ativo intangível. Se houver evidência objetiva de que o investimento em uma controlada, coligada ou joint venture está deteriorado, as exigências da IAS 36 (CPC 01 (R1)) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia. Anualmente, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio classificado como ativo intangível nas informações financeiras consolidadas) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 como um único ativo comparando seu valor recuperável com seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas não são alocadas a qualquer ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil calculado na aquisição. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

Composição

	Consolidado					Controladora	
	Sistemas	Ágio em Investimentos	Carteira de clientes	Não competição	Intangível em desenvolvimento	Total	Total
Custo							
Saldos em 31/12/2024	159.715	60.082	22.480	5.401	8.521	256.199	145.640
Adições	-	-	-	-	14.935	14.935	8.252
Transferências	13.789	-	-	-	(13.789)	-	-
Saldos em 31/12/2025	173.504	60.082	22.480	5.401	9.667	271.135	153.892
Adições	-	-	-	-	2.984	2.984	1.956
Transferências	5.083	-	-	-	(5.083)	-	-
Saldos em 31/03/2026	178.587	60.082	22.480	5.401	7.569	274.119	155.848
Amortização acumulada							
Saldos em 31/12/2024	(131.834)	-	(7.194)	(2.052)	-	(141.080)	(118.816)
Adições	(9.336)	-	(3.597)	(929)	-	(13.862)	(6.979)
Saldos em 31/12/2025	(141.170)	-	(10.791)	(2.981)	-	(154.942)	(125.795)
Adições	(2.335)	-	(899)	(232)	-	(3.466)	(1.675)
Saldos em 31/03/2026	(143.505)	-	(11.690)	(3.213)	-	(158.408)	(127.470)
Total	35.082	60.082	10.790	2.188	7.569	115.711	28.378
Taxa média de amortização	20%		20%	20%			20%

Os principais intangíveis em desenvolvimento em 31 de março de 2026 são:

- R\$3.633 decorrente de melhorias em sistemas de faturamento e administrativo;
- R\$792 decorrente de modernização de Arquitetura e Segurança no sistema de gerenciamento de carga.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Política contábil

No início de um contrato, a Companhia avalia se esse instrumento é ou contém um arrendamento mercantil. Um contrato é ou contém um arrendamento quando a Companhia obtém o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período, em troca de uma contraprestação.

A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início do contrato, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como *tablets* e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente amortizado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados à taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. Esses são classificados como circulante ou não circulante, de acordo com os prazos das contraprestações.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Companhia.

O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e mensurado novamente quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é recalculado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do período se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As taxas incrementais são estimadas a partir da taxa de juros nominal livre de risco, adicionada do prêmio de risco de crédito da Companhia, ajustadas para refletir ainda as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, o prazo e a data de início de cada contrato.

Composição e movimentação dos ativos de direito de uso

	Consolidado								Controladora	
	Equipamentos contêineres	Imóveis de escritório	Veículos	Terminais portuários	Imóveis em terminais portuários	Equipamentos portuários	Equip. Informática/Sistemas	Embarcação	Total	Total
Custo										
Saldos em 31.12.2024	291.911	76.172	18.834	96.550	21.921	30.611	9.738	33.910	579.647	352.271
Adições	77.387	16.306	523	103.753	-	12.603	1.625	-	212.197	85.203
Saldos em 31.12.2025	369.298	92.478	19.357	200.303	21.921	43.214	11.363	33.910	791.844	437.474
Adições	2.923	345	2.129	24.850	-	9.325	195	-	39.767	4.363
Outros	-	(302)	-	-	-	296	-	-	(6)	-
Saldos em 31.03.2026	372.221	92.521	21.486	225.153	21.921	52.835	11.558	33.910	831.605	441.837
Amortização acumulada										
Saldos em 31.12.2024	(204.639)	(47.206)	(7.448)	(12.978)	(21.921)	(23.415)	(5.289)	(12.566)	(335.462)	(255.520)
Adições	(65.142)	(19.129)	(4.302)	(3.578)	-	(11.124)	(2.502)	(3.501)	(109.278)	(72.771)
Saldos em 31.12.2025	(269.781)	(66.335)	(11.750)	(16.556)	(21.921)	(34.539)	(7.791)	(16.067)	(444.740)	(328.291)
Adições	(18.156)	(4.791)	(1.005)	(3.681)	-	(2.980)	(687)	(890)	(32.190)	(20.099)
Outros	-	293	-	-	-	(97)	-	-	196	-
Saldos em 31.03.2026	(287.937)	(70.833)	(12.755)	(20.237)	(21.921)	(37.616)	(8.478)	(16.957)	(476.734)	(348.390)
	84.284	21.688	8.731	204.916	-	15.219	3.080	16.953	354.871	93.447
Taxas médias de amortização	19,81%	34,11%	20,00%	7,94%	-	47,85%	13,33%	5,00%		

Composição das obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Equipamentos de contêineres	94.012	115.187	94.012	115.186
Veículos	10.606	9.639	-	-
Imóveis de escritório	23.400	28.576	5.779	5.743
Terminal portuário (b)	191.781	169.084	-	-
Equipamentos portuários	16.139	9.515	396	700
Sistemas	3.999	4.631	2.962	3.587
Embarcações (a)	3.425	4.066	-	-
	343.362	340.698	103.149	125.216

(a) Em 19 de março de 2018, a controlada Log-In International GmbH obteve financiamento junto a instituição financeira londrina (*Bairrigg Leasing No.3 Limited*), no montante de US\$5.100 mil (equivalentes em Euros 4.156 mil e R\$16.260), tendo como garantia a transferência da propriedade da embarcação NV Resiliente para a OCM Log-In Resiliente LLC. O prazo do financiamento era de 5 (cinco) anos, com amortização mensal de US\$60 mil, acrescido de juros anuais "pro rata" pela Libor, conforme contrato pactuado entre as partes e a Controladora.

A Log-In International GmbH detém os direitos de uso/operação da embarcação NV Resiliente, operação de "Sale lease back", firmados em contrato de afretamento à casco nu com a Bairrigg Leasing No. 3 Limited. As obrigações financeiras da Log-In International GmbH são: (i) amortização da dívida em 5 (cinco) anos, em 60 parcelas fixas mensais, de US\$60 mil cada; e (ii) pagamento final de US\$1.500 mil (valor de recompra). Com a amortização total da dívida, no prazo ou de forma antecipada, haverá obrigatoriamente a transferência da propriedade da embarcação de volta para a Log-In International GmbH, cujas regras para a recompra antecipada (opcional) ou no final do prazo contratual (obrigatória) estão definidas no referido contrato.

Em março/2023 foi celebrado o aditamento do contrato de sale leaseback com a Bairrigg Leasing, refinanciando a transação por mais 5 anos. O montante total remanescente negociado foi de USD 1.630 mil com amortizações mensais de USD 27 mil, com incidência de juros mensais, calculados pela SOFR + 4,5% a.a.

(b) No dia 24 de fevereiro 2025, a subsidiária TVV celebrou um contrato para a exploração de instalação portuária localizada em retroárea do Porto Organizado de Vitória/ES, pelo prazo de 6 (seis) anos, junto à autoridade portuária Vports.

Movimentação obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado	Controladora
Movimentação		
Saldos em 31.12.2025	340.698	125.216
Adição	39.761	4.363
Juros e variação cambial no período	1.886	(7.918)
Pagamentos no período	(38.983)	(18.511)
Saldos em 31.03.2026	343.362	103.150
Circulante	102.170	60.571
Não circulante	241.192	42.579

Cronograma de vencimentos das obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado	Controladora
2026	87.400	55.314
2027	37.719	10.731
2028	23.327	5.657
2029	25.183	5.792
2030 a 2048	169.733	25.656
Saldos em 31.03.2026	343.362	103.150

▪ Pagamentos de arrendamentos de curto prazo e ativos subjacentes de baixo valor

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Despesas arrendamentos de curto prazo e ativos subjacentes de baixo valor	27.428	30.954	60.695	49.413

▪ A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Prazos contratos	Taxa % a.a.
1 ano	15,98%
2 anos	15,86%
3 anos	16,96%
4 anos	15,07%
5 anos	14,35%
7 anos	15,73%
8 anos	18,00%
9 anos	15,32%
22 anos	10,00%

▪ Indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento

Fluxo de caixa	31.03.2026	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	474.483	343.362
PIS/COFINS potencial (9,25%)	43.890	31.761

15. FORNECEDORES E PROVISÕES OPERACIONAIS

▪ Política contábil

Os saldos de fornecedores e provisões operacionais se referem a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses; caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado, com método de taxa efetiva de juros, quando aplicável.

As provisões operacionais são decorrentes de custos portuários (navegação), rodoviários e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

▪ Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Fornecedores	171.093	141.214	79.838	76.527
Provisões operacionais				
Gastos marítimos com transportes de contêineres	86.099	92.591	66.007	76.031
Gastos rodoviários	16.813	19.275	9.660	14.022
Gastos administrativos	3.029	1.972	2.798	1.824
Outros gastos operacionais	1.366	473	534	312
Total	107.307	114.311	78.999	92.189
	278.400	255.525	158.837	168.716
Circulante	278.400	255.525	158.837	168.716

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E NOTAS COMERCIAIS

▪ Política contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos, encargos, variações monetárias e cambiais. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação e apropriadas nos prazos de pagamento das operações.

	Moeda	Indexador	Taxas e encargos	Vencimento	Consolidado		Controladora	
					31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
BNDES/FMM (a)	R\$	TJLP	2,5% e 4,3%	Abr 34	247.937	257.901	216.225	224.431
BNDES/FMM (a)	US\$	USD	2,5% e 4,3%	Abr 34	231.133	252.931	196.218	214.197
Debêntures - TVV (b)	R\$	IPCA	6,86%	Nov 33	203.413	197.095	-	-
custo com emissão - TVV (b)	R\$	IPCA	6,86%	Nov 33	(6.224)	(6.429)	-	-
Notas Comerciais 3º emissão 1 série (c)	R\$	CDI	1,49%	Mai 31	422.759	407.348	422.759	407.348
custo com emissão 3º emissão 1 série (c)	R\$	CDI	1,49%	Mai 31	(3.245)	(3.402)	(3.245)	(3.402)
Notas Comerciais 3º emissão 2 série (c)	R\$	CDI	1,54%	Jul 31	55.954	53.908	55.954	53.908
custo com emissão 3º emissão 2 série (c)	R\$	CDI	1,54%	Jul 31	(442)	(463)	(442)	(463)
Debêntures 5º emissão (d)	R\$	CDI	1,30%	Jul 32	289.238	300.991	289.238	300.991
custo com emissão 5º emissão (d)	R\$	CDI	1,30%	Jul 32	(2.456)	(2.554)	(2.456)	(2.554)
Risco Sacado (e)	R\$	-	-	Jun 26	21.136	23.634	14.403	15.695
Financiamento Bunker (f)	R\$	R\$	1,00%	Mai 26	25.873	53.812	25.873	53.811
Pamcard (g)	R\$	CDI	6,00%	Jun 26	42.518	52.410	-	-
Bradesco (h)	R\$	-	13,11%	Fev 26	-	25	-	-
Banco CNH (h)	R\$	-	10,16%	Jan 26	-	85	-	-
Sicoob (h)	R\$	CDI	8,21%	Dez 30	7.170	7.521	-	-
Ademicon (h)	R\$	-	14,00%	Jan 28	87	99	-	-
Conta Garantida Oliva Pinto (i)	R\$	CDI	3,04%	Abr 26	5.508	5.851	-	-
Conta Garantida Tecmar (i)	R\$	CDI	3,04%	Abr 26	4.608	9.548	-	-
Consortios (j)	R\$	-	13,50%	Mar 27	119	167	-	-
Financiamento Combustível (k)	R\$	CDI	1,18%	Mar 26	11.383	9.093	-	-
Finame BNDES (l)	R\$	IPCA	9,18%	Abr 34	81.043	80.156	-	-
					1.637.512	1.699.727	1.214.527	1.263.962
Circulante					289.733	326.022	172.079	197.225
Não circulante					1.347.779	1.373.705	1.042.448	1.066.737

- (a) Referem-se, principalmente, a recursos obtidos junto ao Fundo da Marinha Mercante ("FMM"), através de repasse de seu agente financeiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), principalmente, para construção de embarcações - BNDES/FMM.
- (b) Em dezembro de 2021, o TVV realizou a liquidação da sua 1ª emissão de Debêntures, assinada em novembro de 2021 no valor de R\$ 240 milhões, totalmente subscrito em abril de 2022. A emissão teve como finalidade a modernização de equipamentos essenciais às atividades portuárias. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, constituída por 240 mil (duzentos e quarenta mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais). As debêntures são amortizadas em parcelas anuais, sendo a primeira parcela devida em 15 de novembro de 2022 e a última parcela devida em 15 de novembro de 2033, ou seja, de 12 (doze) anos contratados da data de emissão em 15 de novembro de 2021. Foi contratado um instrumento financeiro (SWAP) para mitigação das oscilações do IPCA desta dívida.
- (c) Em maio de 2024, a Log-In realizou sua 3ª emissão de Notas Comerciais, em duas séries, totalizando o valor de R\$ 420 milhões. Sendo o valor de R\$ 370 milhões na primeira série, e R\$ 50 milhões na segunda série. A emissão da 1ª série teve como finalidade complementar o capital de giro, realizar a liquidação antecipada das Notas Comerciais da 1ª emissão e a liquidação antecipada das Debêntures da 4ª emissão. A emissão da 2ª série teve como finalidade a liquidação antecipada das debêntures da 3ª emissão.
- (d) Em junho de 2025, a Log-In realizou sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil de reais) perfazendo, o montante total de, R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais) ("Debêntures"), com prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da data de emissão das Debêntures. Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão destinados para capital de giro da Companhia e para fins de gestão de passivos, alongamento de prazos, otimização de condições financeiras e/ou amortização de dívidas existentes, incluindo as notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, sob o rito automático, de 2ª emissão da Companhia.
- (e) Referem-se aos valores contratados em operações de risco sacado com as instituições financeiras Banco Itaú, Banco Votorantim, Banco Sofisa, Direta Securitizadora e Banco do Brasil, no qual determinados transportadores podem antecipar os seus recebíveis sem coobrigação por parte do cedente, sem incidência de correção e juros e com postergação aproximada de 60 dias para pagamento em relação ao seu vencimento inicial para a Companhia, e com isso, passa a ter que pagar pelo serviço contratado diretamente aos bancos mencionados acima e não mais aos fornecedores, conforme orientação da Comissão de Valores Mobiliários por meio do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2021 item 8 - Risco Sacado. Estas transações têm por objetivo o fortalecimento da relação comercial com os referidos fornecedores e as faturas são antecipadas exclusivamente a critério dos fornecedores. Ocorrendo descumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes destes contratos, sobre as quantias devidas, incidirão, desde a data do descumprimento até a data do efetivo adimplemento, juros remuneratórios capitalizados diariamente, juros moratórios à taxa efetiva de 1% ao mês, capitalizados diariamente "pro rata temporis" e multa não compensatória de 2% calculada sobre o valor total devido para o Banco Itaú.
- (f) Refere-se a financiamento para aquisição de bunker para frota própria junto à instituição financeira Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Alelo"). Em contraprestação aos serviços prestados pela Alelo, a companhia pagará uma comissão de administração, aplicável sobre a soma do valor das transações realizadas com o cartão Alelo, a uma taxa progressiva conforme oscilação da SELIC.
- (g) Referem-se a financiamentos para pagamento de frete junto à instituição financeira Banco Bradesco S.A. Em contraprestação aos serviços prestados pelo Bradesco, a empresa pagará comissão de administração, aplicável sobre a soma do valor, à uma taxa de 20,98% a.a.
- (h) Refere-se a recursos obtidos junto às instituições financeiras Bradesco, Banco CNH, Banco da Amazônia, Itaú, Banco do Brasil, Santander e Sicoob através de crédito direto ao consumidor para aquisição de frota de veículos e capital de giro, referente a empresa Oliva Pinto Logística Ltda. controlada indiretamente através da Tecmar Transportes Ltda., adquirido em 23 de dezembro de 2022.
- (i) Refere-se a recursos obtidos junto às instituições financeiras Bradesco, Santander e Itaú para fortalecer o capital de giro, otimizar o fluxo de caixa e garantir a continuidade e eficiência do transporte rodoviário de cargas.
- (j) Referem-se a recursos obtidos através de consórcios pela controlada Tecmar e Oliva Pinto para aquisição de frota de veículos junto às instituições financeiras, Randon, Volvo e Ademicon.
- (k) Refere-se a financiamentos para aquisição de combustível para a frota de veículos próprios junto a instituição financeira Alelo Instituição de Pagamentos S.A. ("Alelo") e Ticket Soluções HDFGT S/A.
- (l) Refere-se à contratação de financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), por meio da linha FINAME. Os recursos possuem prazo de até 16 anos e são destinados à aquisição de caminhões e carretas voltados ao transporte de contêineres, bem como ao reforço do capital de giro da companhia.

▪ Cronograma de amortizações do passivo não circulante

Parcelas vencíveis em	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.03.2026	31.03.2026	31.03.2026
2027	82.816		46.374	
2028	110.946		61.831	
2029	325.363		271.831	
2030	321.343		271.499	
2031 a 2034	507.311		390.913	
	1.347.779		1.042.448	

▪ Movimentação

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Saldo inicial	1.699.727	1.689.145	1.263.962	1.320.938
Emissão de debêntures, notas comerciais e financiamentos	-	280.000	-	280.000
Captação para capital de giro	106.897	288.801	-	-
Custos na emissão de debêntures e notas comerciais	-	(2.751)	-	(2.751)
Operações de risco sacado	83.456	137.997	32.341	104.494
Financiamento de bunker, Pamcard e frete carreteiro	56.737	432.656	45.353	193.696
Varição cambial	(17.333)	31.405	(11.340)	36.637
Varição cambial - constituição de reserva de hedge	2.545	2.864	2.079	2.726
Juros e encargos Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	53.302	204.989	37.007	154.479
Juros e encargos pagos Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	(38.817)	(163.300)	(32.387)	(128.298)
Amortização principal Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	(309.002)	(1.202.079)	(122.488)	(697.959)
Saldo final	1.637.512	1.699.727	1.214.527	1.263.962

▪ Garantias

BNDES/FMM

- 50,05% das ações do TVV (cascos 506, 507 e 508);
- 99,99% das quotas da Log-Mar (cascos 506, 507 e 508);
- Embarcações Log-In Jacarandá e Log-In Jatobá (cascos 504 e 505);
- Fiança bancária no valor de face de R\$6.318 (cascos 506, 507 e 508).

Debêntures - 1ª Emissão (TVV)

- Alienação fiduciária de equipamentos do TVV; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços a determinados clientes.

Banco do Brasil

- Garantia de títulos de cobrança junto a instituição financeira.

Sicoob

- Alienação fiduciária de Imóvel comercial de Manaus (Oliva Pinto).

Banco CNH

- Alienação fiduciária de veículos e placas solares.

BNDES/FINAME

- Fiança bancária no valor de face de R\$76.597.

▪ Cláusulas de covenants

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas restritivas de covenants que podem ocasionar antecipação de dívida. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter determinados índices ou comunicações, conforme detalhados abaixo. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 para todos os itens abaixo:

BNDES/FMM

- Índice de cobertura do serviço da dívida (ICD) não inferior a 1,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício, nos termos da fórmula $ICD = \frac{EBITDA - (IR + CSLL + \text{Variação Capital de Giro})}{\text{Serviço da Dívida do Exercício}}$.
- Índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 5,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício.

Debêntures – 5ª Emissão

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 (balanço consolidado). EBITDA significa o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil"; E "Dívida" significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, bem como novos financiamentos contraídos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, exceto caso sejam prestados em garantia às operações de empréstimos e financiamentos contraídos já contabilizados para fins de apuração de dívida, e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos.

Dívida Líquida (1.368.591) / EBITDA (749.324) = 1,83x. Empréstimos e financiamentos (1.637.512), fianças bancárias (13.907), derivativos (11.442) e caixa, aplicações e equivalentes de caixa (271.386).

Notas Comerciais – 3ª Emissão

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 (balanço consolidado). significa o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil"; E "Dívida" significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, bem como novos financiamentos contraídos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos.

Dívida Líquida (1.451.506) / EBITDA (749.324) = 1,94x. Empréstimos e financiamentos (1.637.512), fianças bancárias (96.822), derivativos (11.442) e caixa, aplicações e equivalentes de caixa (271.386).

Debêntures - 1ª Emissão (TVV)

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, do Resultado Financeiro Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil";
- ICSD não inferior a 1,3. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, auferido por meio da seguinte equação, calculado com base nas demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício e auditadas por auditoria independente: $ICSD = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade} / \text{Serviço da Dívida}}{\text{Lucro Líquido}} \times 100$. A Geração de Caixa da Atividade significa o resultado da diferença entre o EBITDA (definido acima) e o montante de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no exercício.

Financiamentos (Consórcios de veículos)

- Deferimento das instituições financeiras sobre a mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou da titularidade das quotas sociais da Companhia, bem como se houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária;
- Em caso de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos de créditos do Credor;
- Inadimplemento de quaisquer de suas obrigações, por parte da Companhia ou seu Avalista, assim como se houver requerimento de sua recuperação judicial ou falência.

17. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES

- Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, for considerada provável pela Administração e seus assessores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e for possível estimar seu valor de maneira confiável. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objetos de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

- Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, decorrentes do curso normal das operações e, com respaldo dos seus assessores jurídicos, a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas.

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

- Composição das provisões para riscos

	Consolidado				Controladora
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total	Total
Saldos em 31.12.2024	235.537	20.311	2.086	257.934	1.758
Adições	4.417	11	182	4.610	1.031
Reversões (a)	(9.227)	(113.950)	(1.406)	(124.583)	-
Correção monetária	2.322	(48.465)	66	(46.077)	1.629
Reclassificação	(195.821)	196.453	(632)	-	-
Pagamentos	(4.251)	-	(114)	(4.365)	(3.277)
Saldos em 31.12.2025	32.977	54.360	182	87.519	1.141
Adições	225	-	35	260	147
Reversões (a)	(2.944)	(12.760)	(22)	(15.726)	(4)
Correção monetária	(866)	(6.668)	(22)	(7.556)	67
Pagamentos	(635)	-	(137)	(772)	(338)
Saldos em 31.03.2026	28.757	34.932	36	63.725	1.013

(a) Refere-se principalmente a reversão de menos valia de contingências sobre aquisição de negócios.

- Trabalhistas: reclamações de empregados por não pagamento de horas extras, pagamentos de adicional de risco portuário e outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- Tributárias: demandas judiciais e administrativas oriundas de autuações ou despachos decisórios deflagrados pela Receita Federal do Brasil para a cobrança de tributos federais e autuações fiscais envolvendo a cobrança de ICMS lavradas por alguns Estados em que a Companhia possui operações; e
- Cíveis: ações indenizatórias e demandas relacionadas à acidentes e reclamações de carga.

Para o processo trabalhista RT-189-1996-055-01-00-4, foi realizada a fiança bancária no valor atualizado de R\$ 13.907.

▪ Ativos contingentes

Isenção de PIS/COFINS nas receitas de transporte com destino à Zona Franca de Manaus (ZFM)

A Companhia ajuizou, em 23 de novembro de 2023, o Mandado de Segurança nº 5133914-03.2023.4.02.5101, perante a 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro, com o objetivo de assegurar o direito à isenção das contribuições ao PIS e à COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte com destino à Zona Franca de Manaus (ZFM), com fundamento no art. 4º da Lei nº 10.996/2004.

Em 5 de fevereiro de 2024, foi proferida sentença favorável à Companhia, reconhecendo o direito à isenção nas operações realizadas com destino à ZFM, bem como à compensação dos valores indevidamente recolhidos nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, devidamente atualizados pela taxa SELIC. A União interpôs apelação, mas o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), em decisão de 21 de maio de 2024, manteve integralmente o entendimento favorável à Companhia.

Em 21 de agosto de 2025, transitou em julgado a decisão que reconheceu a não incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte de mercadorias com destino à Zona Franca de Manaus (ZFM), assegurando à Companhia o direito à restituição ou compensação dos valores indevidamente recolhidos a esse título. Os valores correspondentes ao crédito reconhecido, em razão do êxito da tese, estão sendo apurados com base nos recolhimentos realizados no período abrangido pela decisão judicial.

Não incidência de ICMS sobre navegação de cabotagem em transporte internacional (Feeder)

A Companhia, por meio das empresas Log-In Logística Intermodal S.A. e Log-In Marítima Cabotagem Ltda., ajuizou em 11 de abril de 2023 o Mandado de Segurança nº 1019838-44.2023.8.26.0053, com o objetivo de afastar a inclusão do ICMS na base de cálculo do adicional do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF), instituído pelo Estado de São Paulo, incidente sobre as receitas das operações de transporte intermodal com origem ou destino no referido Estado.

A sentença proferida em 11 de dezembro de 2023 reconheceu o direito da Companhia à exclusão do ICMS da base de cálculo do adicional do FECF/SP, bem como à restituição/compensação dos valores indevidamente recolhidos nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, acrescidos de correção monetária pela taxa SELIC.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) manteve a decisão em segunda instância.

Em 12 de setembro de 2025, foi certificado o trânsito em julgado da sentença que reconheceu a não incidência do ICMS nas operações feeder de importação com origem no Estado de São Paulo. Os valores correspondentes ao crédito reconhecido, em razão do êxito da tese, estão sendo apurados com base nos recolhimentos realizados no período abrangido pela decisão judicial, a fim de identificar os montantes passíveis de recuperação.

▪ Passivos contingentes

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Trabalhistas	82.209	77.096	9.159	8.666
Tributárias	214.349	195.286	140.754	122.744
Cíveis	56.731	52.914	45.973	44.632
	353.289	325.296	195.886	176.042

Trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte passiva em reclamações movidas por ex-empregados que alegam possuir direitos relativos a horas extras, adicionais de insalubridade e risco portuário, diferenças salariais, indenizações por danos morais, verbas rescisórias. Os pedidos desta natureza, em regra, são classificados com chances de perda possível. As demandas previdenciárias envolvem a cobrança de contribuição previdenciária pela Receita Federal Brasileira sobre rubricas consideradas de natureza salarial, contribuição patronal e diferenças de alíquota do RAT.

Tributárias: demandas judiciais e administrativas oriundas de autuações ou despachos decisórios proferidos pela Receita Federal do Brasil para a cobrança de determinados tributos federais e autuações fiscais envolvendo a cobrança de ICMS lavradas por alguns Estados em que a Companhia possui operações.

Dentre as demandas tributárias classificadas como possíveis, destacam-se as seguintes:

ICMS: Em 23/03/2012, a Companhia tomou ciência de Auto de Infração lavrado pelo Estado de Pernambuco que tem por objeto a cobrança de ICMS relativo aos períodos de 06/2011 a 12/2011. Em 20/05/2012, a Companhia apresentou a sua impugnação, comprovando o recolhimento do tributo, apesar de ter ocorrido erro no preenchimento de obrigação acessória. Em julgamento de primeira instância publicado em 12/06/2014, a autuação foi parcialmente mantida pelos julgadores. Em 27/06/2014, a Companhia protocolou recurso requerendo o cancelamento da autuação. Em 11/11/2015, foi proferida a decisão que anulou o julgamento de 1ª instância e o processo foi remetido para a realização de diligências, tendo a Companhia apresentado sua manifestação sobre o parecer final em 23/12/2015, complementada em nova manifestação protocolada em 18/05/2016. Aguarda-se novo julgamento da Impugnação. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$17.883 em 31 de março de 2026 (R\$17.301 em 31 de dezembro de 2025).

Em 11/01/2024, a Companhia tomou ciência do Auto de Infração lavrado pelo Estado de São Paulo referente a glosa de créditos decorrente de valores pagos a prestadores de serviços contratados a Redespacho (período da autuação 01/2019 a 12/2020), o que supostamente seria conflitante com o §1º, do art. 11, do Anexo III, do RICMS/SP (Dec. 45.490/00). A companhia apresentou impugnação uma vez que a fiscalização não observou que a utilização do crédito outorgado do §1º, do art. 11, do Anexo III, do RICMS/SP, não impede a utilização do crédito fiscal decorrente da operação de Redespacho, conforme autorizado pelo art. 38, da Portaria CAT nº 28/02. A impugnação está pendente de análise. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$46.940 em 31 de março de 2026.

Importação de Partes e Peças com os benefícios do REB: Em 23/09/2013, a Companhia tomou ciência do Auto de Infração que tem por escopo a alegação de que a Companhia não teria preenchido os requisitos necessários para a fruição da isenção dos impostos federais e alíquota zero das contribuições incidentes na importação de partes e peças. Como mais recente movimento jurídico relacionado a esse auto de infração, temos a determinação pelo CARF do retorno dos autos para a DRJ/SPO para que seja proferido novo julgamento de 1ª instância (21/03/2019). O risco do processo é avaliado pelos nossos advogados externos como possível, no montante de R\$14.668 em 31 de março de 2026 (R\$14.480 em 31 de dezembro de 2025).

Cíveis: ações indenizatórias e demandas relacionadas à acidentes e reclamações de carga. Dentre as referidas demandas cíveis, destaca-se a seguinte:

LOG STAR: Em junho de 2018, o administrador judicial da Massa Falida da Log Star ajuizou ação em face da Companhia e da TBS Comercial Group com o objetivo de ver declarada a responsabilidade solidária da Companhia e da TBS Comercial Group Ltda. em relação às dívidas da Log Star, constantes de sua autofalência, e, subsidiariamente, a extensão dos efeitos da falência. A Companhia protocolou a contestação em 28/09/2018 e o processo aguarda a citação da outra empresa ré. Aguarda-se o retorno das autoridades estrangeiras acerca do cumprimento da carta rogatória. O prognóstico do caso é possível e o valor atualizado é de R\$42.872 em 31 de março de 2026 (R\$41.277 em 31 de dezembro de 2025).

Em 23 de março de 2007, a Companhia firmou com a Vale S.A. (“Vale”) um acordo, por meio do qual essa se comprometeu a indenizar a Log-In, por toda e qualquer perda, prejuízo, danos, custos, despesas e outras obrigações de caráter pecuniário, que a Companhia venha a sofrer em decorrência de decisão transitada em julgado dos processos judiciais, administrativos ou arbitragens dos quais a Companhia é ou será parte e cujo fato gerador tenha ocorrido antes da publicação do Anúncio de Encerramento da oferta pública de ações em 25 de julho de 2007. À medida que perdas efetivas ocorrerem decorrentes desses processos a Companhia irá informar à Vale para fins de reembolso. Entre 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026, a Log-In não tem registrado qualquer montante a receber da Vale considerando que essas causas não apresentam perdas efetivas a Companhia.

TECMAR:

Trabalhistas e previdenciários: A Empresa é parte em reclamações movidas por empregados pelo não pagamento de horas extras, pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Os principais pedidos formulados nessas reclamações classificadas com chances de perda possíveis são os seguintes: hora extra, intervalo Inter jornada, diferenças sobre diárias de viagem, danos morais, verbas rescisórias, diferenças salariais e adicionais.

Tributárias: demandas judiciais e administrativas oriundas de autuações para cobrança de PIS/COFINS, ICMS e multas pelo descumprimento de obrigações acessórias.

Cíveis: A Tecmar é parte em diversas ações indenizatórias de reclamação de carga movidas por clientes ou terceiros envolvidos em acidentes ocorridos no transporte de carga. Dentro as demandas cíveis classificadas como possíveis, destaca-se a seguinte:

Ação cível pública promovida desde 2017 pelo Ministério Público Federal, que busca a condenação da companhia à indenização por dano coletivo, em razão do transporte de carga com excesso de peso. Nesta mesma ação, o Ministério Público Federal, além da condenação por danos materiais coletivos também busca a imposição de obrigação de não fazer, qual seja, a obrigação de não realizar o transporte de carga sem excesso de peso, seja peso total, seja peso por eixo, sob pena de imposição de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por transporte realizado com excesso de peso.

OLIVA PINTO:

Trabalhistas e previdenciários: A Oliva Pinto é parte em reclamações movidas por empregados por não pagamento de horas extras, pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Os principais pedidos formulados nessas reclamações classificadas com chances de perda possíveis são os seguintes: hora extra e adicional de periculosidade.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão. Esses custos são reconhecidos líquidos dos efeitos tributários aplicáveis.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido (Ações em tesouraria). Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Conforme artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público, não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404/1976, e alterações posteriores, que somente poderá ser utilizada para: (i) Absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou (ii) Aumento do capital social. Na hipótese do inciso I do caput, a pessoa jurídica deverá recompor a reserva à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

Capital social

	31.03.2026		31.12.2025	
	Quantidade de ações e respectivo percentual (em unidades)			
	ON	%	ON	%
SAS Shipping Agencies Services Sàrl	78.876.946	73,51	78.876.946	73,51
Alaska Investimentos Ltda.	16.067.321	14,97	16.067.321	14,97
Outros Investidores	11.143.447	10,38	11.143.447	10,38
Ações em circulação	106.087.714		106.087.714	
Ações em tesouraria	1.218.772	1,14	1.218.772	1,14
	107.306.486	100,00	107.306.486	100,00

Conforme Estatuto social da Companhia, o capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias ("ON"), e cada ação ordinária confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O capital social da Companhia pode ser aumentado mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 135.000.000 (cento e trinta e cinco milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal. O Conselho de Administração fixará o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do limite do capital autorizado.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2026 corresponde a R\$1.348.103 (R\$1.348.103 em 31 de dezembro de 2025); R\$1.324.210 (R\$1.324.210 em 31 de dezembro de 2025), capital líquido dos custos diretos de emissão de ações.

Ações em tesouraria

A Log-In mantém em sua tesouraria 1.218.772 ações ordinárias. Essas ações foram adquiridas no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 ao custo médio ponderado de R\$8,35 (valor em reais), por ação. O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na cotação da B3 de 31 de março de 2026 era de R\$39.183 (R\$41.182 em 31 de dezembro de 2025).

Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa e Derivativos

A Log-in e sua controlada Log-Nav adotaram a estratégia de *hedge accounting* (*hedge* de fluxo de caixa) para proteger seus resultados da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa decorrente dos efeitos cambiais das receitas altamente prováveis em dólares norte-americanos projetados para um período de cinco anos, através de instrumentos de proteção não derivativos - dívidas e arrendamentos em dólares norte-americanos já contratados - onde a parte eficaz desta relação é reconhecida no Patrimônio Líquido (Outros Resultados Abrangentes) e as eventuais inefetividades, contabilizadas no resultado do período no grupo de Receitas.

A natureza do risco protegido consiste no risco cambial (SPOT) das receitas altamente prováveis indexadas ao dólar norte americano, visto que a moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro. Os instrumentos de hedge designados pelas Companhias correspondem ao principal

dos empréstimos e principal das obrigações com arrendamentos mercantis, ambos indexados à moeda estrangeira (USD), ou seja, passivos financeiros não derivativos cujos fluxos de caixa se esperam que compensem as alterações nos fluxos de caixa do objeto de hedge designado.

Quando essas receitas de serviços prestados expostas a efeitos cambiais em dólares norte-americanos são realizadas, o valor acumulado em Outros Resultados Abrangentes é reciclado com efeitos na demonstração do resultado, na mesma linha de reconhecimento do objeto de hedge.

Além disso, a controlada TVV contratou instrumentos financeiros para mitigação do risco da taxa de juros dos seus compromissos de longo prazo indexados ao IPCA, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

Os efeitos contábeis decorrentes em 31 de março de 2026 estão relacionados a seguir:

Consolidado							
	Indexação	Tipo de hedge	Principal *	Constituição de Reserva de Hedge	Reciclagem para o Resultado	Tributos diferidos	Ganho (perda) cambial em instrumentos de hedge durante o exercício/período
Saldos em 31.12.2024			472.538	(14.238)	(13.704)	10.499	(17.443)
Log-In							
Receita	USD	Fluxo de caixa	179.485	25.246	668	(8.833)	17.081
TVV							
Swap	IPCA	Fluxo de caixa	184.288	7.198	-	-	7.198
Log-Nav							
Receita	USD	Fluxo de caixa	39.313	5.864	117	(2.031)	3.950
Saldos em 31.12.2025			403.086	24.070	(12.919)	(365)	10.786
Log-In							
Receita	USD	Fluxo de caixa	162.474	(2.307)	(424)	928	(1.803)
TVV							
Swap	IPCA	Fluxo de caixa	184.288	1.306	-	-	1.306
Log-Nav							
Receita	USD	Fluxo de caixa	34.849	(524)	(86)	207	(403)
Saldos em 31.03.2026			381.611	22.545	(13.429)	770	9.886

(*) Valores convertidos pela taxa de fechamento de 31 de março de 2026 de R\$5,2194

19. RESULTADO POR AÇÃO

	31.03.2026	31.03.2025
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores	(37.949)	26.531
Quantidade de ações - em milhares		
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	106.088	106.088
Resultado básico por ação - R\$	(0,36)	0,25
Resultado diluído por ação - R\$	(0,36)	0,25

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia, pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no período.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

20. BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA NO LONGO PRAZO - PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Política contábil

A Companhia proporciona benefício a seus empregados no longo prazo, que engloba plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. No plano de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas à VALIA e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com serviço do empregado no período corrente e anterior.

Os pagamentos a plano de aposentadoria de contribuição definida, são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito às contribuições são prestados pelos empregados.

Os participantes efetuam contribuições mensais para o Plano VALE MAIS que variam entre 1% e 9% do salário de participação e as contribuições da Companhia são equivalentes às dos participantes, limitadas, porém, a 9% do salário de participação.

▪ Contribuições pagas no período com plano de aposentadoria

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Contribuições pagas pela Companhia	222	989	8	705

21. RECEITA LÍQUIDA

▪ Política contábil

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Companhia reconhece receitas de acordo com as obrigações de desempenho dos serviços prestados aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos. A Companhia reconhece receita como segue:

▪ Soluções Integradas:

- Navegação Costeira: serviços de transporte de contêineres (fretes) por toda a costa brasileira e no Mercosul, serviços *Shuttle* que ligam os portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória
- Terminal intermodal (Itajaí): serviços de armazenagem, separação e *cross-docking*. Atua como ponto de acesso para as regiões Norte e Sul do Estado, em prol da integração com a navegação costeira com ênfase na multimodalidade;

▪ Terminal Portuário:

- TVV: operações de embarque e desembarque de contêineres, além de movimentação de cargas e veículos.

▪ Transporte Rodoviário de Carga:

- Tecmar e Oliva Pinto: soluções em transporte rodoviário com frota própria, centros de distribuição e armazenagem, localizados nos principais centros.

▪ Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Receita de fretes	626.825	645.006	433.395	424.166
Mercado interno	522.873	484.776	350.293	310.585
Mercado externo	103.952	160.230	83.102	113.581
Receita de serviços	152.444	131.634	43.268	41.772
Mercado interno	61.515	38.398	566	544
Mercado externo	90.929	93.236	42.702	41.228
Receita bruta	779.269	776.640	476.663	465.938
Tributos sobre as receitas	(99.125)	(92.877)	(57.111)	(50.362)
Receita líquida	680.144	683.763	419.552	415.576

22. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS E CUSTOS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

▪ Composição

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos com base em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas e custos reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Pessoal, encargos e benefícios	(134.751)	(125.080)	(52.351)	(46.170)
Material	(24.233)	(22.433)	(6.847)	(7.313)
Óleo combustível e gases	(58.891)	(71.664)	(38.077)	(54.707)
Afretamento, locações e arrendamento	(27.428)	(30.954)	(60.695)	(49.412)
Serviços contratados	(366.734)	(309.831)	(275.624)	(218.525)
Depreciação e amortização	(76.725)	(71.731)	(28.229)	(25.184)
Outros	5.428	14.772	4.360	15.283
	(683.334)	(616.921)	(457.463)	(386.028)
Classificado como:				
Custos dos serviços prestados	(634.045)	(572.352)	(434.420)	(366.775)
Despesas administrativas e comerciais	(49.289)	(44.569)	(23.043)	(19.253)
	(683.334)	(616.921)	(457.463)	(386.028)

23. RESULTADO FINANCEIRO

▪ Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras resultado	8.361	7.962	4.655	2.063
Juros s/ mútuo a receber de partes relacionadas	-	-	3.677	3.363
Outras	10.211	410	10.041	357
	18.572	8.372	18.373	5.783
Despesas financeiras				
Encargos empréstimos e financiamentos	(18.537)	(12.568)	(8.765)	(9.712)
Encargos com operações de debêntures	(34.765)	(33.114)	(28.242)	(25.172)
Encargos financeiros - arrendamento mercantil	(10.368)	(8.585)	(4.446)	(5.823)
Reversão (constituição) de juros provisão para riscos	7.539	3.831	(67)	(1.262)
Juros e comissões	(8.092)	(6.989)	(3.780)	(3.979)
Outras	(3.016)	(5.018)	6.119	3.622
	(67.239)	(62.443)	(39.181)	(42.326)
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Variações monetárias e cambiais ativas	35.998	60.406	31.471	53.718
Variações monetárias e cambiais passivas	(9.693)	(41.606)	(8.808)	(37.936)
	26.305	18.800	22.663	15.782

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos é determinada no seu reconhecimento inicial, conforme o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais presentes no IFRS 9/CPC 48. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía operações em instrumentos derivativos em aberto.

▪ Categoria dos principais instrumentos financeiros e seus valores justos

	Hierarquia do valor justo	Consolidado			
		31.03.2026		31.12.2025	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiro ao custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	220.402	220.402	289.792	289.792
Contas a receber de clientes	Nível 1	484.601	484.601	337.236	337.236
Valores a receber de partes relacionadas	Nível 1	37.264	37.264	62.261	62.261
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	Nível 1	50.984	50.984	39.068	39.068
Passivo financeiro ao custo amortizado					
Fornecedores	Nível 1	171.093	171.093	120.943	120.943
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 1	1.637.512	1.663.218	1.689.145	1.518.503
Obrigações com arrendamento mercantil	Nível 1	343.362	343.362	274.330	274.330
Controladora					
	Hierarquia do valor justo	Controladora			
		31.03.2026		31.12.2025	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiro ao custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	162.809	162.809	115.415	115.415
Contas a receber de clientes	Nível 1	230.420	230.420	179.318	179.318
Valores a receber de partes relacionadas	Nível 1	287.379	287.379	364.772	364.772
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado					
Passivo financeiro ao custo amortizado					
Fornecedores	Nível 1	79.838	79.838	61.571	61.571
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	Nível 1	1.214.527	1.214.527	1.320.938	1.221.718
Obrigações com arrendamento mercantil	Nível 1	103.150	103.150	127.975	127.975
Valores a pagar a partes relacionadas	Nível 1	219.862	219.862	81.089	81.089

▪ Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou "impaired" é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas de inadimplência de contrapartes.

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão atreladas a títulos privados em bancos elegíveis de recebimentos de recursos com boas qualificações das agências de risco.

A tabela acima apresenta ainda a hierarquia do valor justo de acordo com o método de avaliação utilizado pela Companhia. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar na data de mensuração.
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

▪ Gestão de risco

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco abaixo descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia define metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promove e sugere melhorias nos processos de sua avaliação, classifica e define os procedimentos de seu controle.

▪ Risco de mercado

A Companhia tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e índices cambiais, monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição. A Companhia não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos em 31 de março de 2026. A estratégia principal de gerenciamento de risco adotada pela Companhia consiste em proteger o resultado do período de suas controladas quanto à exposição cambial de receitas altamente prováveis, através do instrumento de proteção principal de dívida e de obrigações com arrendamentos mercantis indexados à moeda estrangeira norte americana.

Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

(a) Risco cambial

A parcela dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (Dólar), no montante de R\$231.133, em 31 de março de 2026 (R\$252.931, em 31 de dezembro de 2025), corresponde a 14,11% (14,88% em 31 de dezembro de 2025) da dívida da Companhia (Consolidado); o efeito cambial decorrente dessa exposição e dos demais ativos e passivos em Dólar pode ser relevante no vencimento do endividamento no curto e médio e longo prazos.

A Companhia também possui obrigações com arrendamentos mercantis em moeda estrangeira (Dólar) no montante de R\$97.437, em 31 de março de 2026 (R\$119.253 em 31 de dezembro de 2025) que corresponde a 28,38% (3611% em 31 de dezembro de 2025) da obrigação com arrendamento mercantil (consolidado).

▪ Hedge Accounting

A Companhia designou a proteção de até 100% das receitas altamente prováveis projetadas pelo período de até 5 anos.

A natureza do risco a ser protegido consiste no risco cambial (SPOT) das receitas altamente prováveis em USD, visto que a moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro.

A estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia consiste em proteger o resultado do exercício da Companhia e de sua controlada Log-Nav quanto à exposição cambial de receitas altamente prováveis através do principal de dívida e de obrigações com arrendamentos mercantis indexados à moeda estrangeira (USD).

Ganhos e perdas mensurados e classificados como reserva de hedge no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado (“reciclagem”), no exercício ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

(b) Risco de taxa de juros

Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros variáveis, que são aplicadas aos seus passivos financeiros. A Companhia está exposta as seguintes taxas de juros variáveis:

Indexador	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Ativo				
CDI	237.271	307.930	140.548	209.860
Passivo				
TJLP	247.937	310.396	216.225	224.431
CDI	832.995	769.367	761.808	755.828

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem contratos derivativos para fazer hedge contra estes índices, continuamente monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia a sua exposição e propõe as estratégias de mitigação de riscos a serem adotadas e aprovadas pelo conselho de administração.

▪ Instrumentos financeiros derivativos

Swap: Na gestão do caixa da Companhia e de acordo com os controles internos utilizados pela Administração, a Companhia contratou instrumentos financeiros para mitigação do risco da taxa de juros dos seus compromissos de longo prazo indexados ao IPCA, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

Início da operação	Vencimento da operação	Saldo valor inicial	Saldo Valor Banco R\$ Ponta Passiva (CDI)	Saldo Valor Cliente R\$ Ponta Ativa (IPCA)	Saldo líquido
13/09/2024	17/05/2027	184.288	191.927	203.369	11.442

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos financeiros, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo consolidado de R\$302.938 e capital circulante líquido positivo de R\$208.832 na controladora (em 31 de dezembro de 2025, R\$389.503 e R\$304.381, consolidado e controladora, respectivamente), bem como patrimônio líquido positivo de R\$1.050.272 no consolidado e de R\$1.050.049 na controladora (em 31 de dezembro de 2025, R\$1.089.675 e R\$1.089.428, consolidado e controladora, respectivamente). Destacamos que a Companhia tem servido todas as dívidas e está adimplente com todas as suas obrigações com empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez adequados para que possa garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem.

O quadro a seguir demonstra a análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, em 31 de março de 2026:

	Consolidado				
	Total	Vencidos e a vencer De 0 a 3 meses	A vencer: De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	171.093	163.775	7.318	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.472.717	237.917	233.504	1.424.530	576.766
Arrendamentos	581.081	38.500	100.405	198.618	243.558
	3.224.891	440.192	341.227	1.623.148	820.324

	Controladora				
	Total	Vencidos e a vencer De 0 a 3 meses	A vencer:		
			De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	79.838	77.515	2.323	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.742.855	144.871	154.280	1.041.403	402.301
Partes relacionadas	219.862	219.862	-	-	-
Arrendamentos	138.057	20.648	51.100	43.534	22.775
	2.180.612	462.896	207.703	1.084.937	425.076

(d) Risco de gerenciamento de capital

A política da Companhia tem como objetivo estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Além do capital próprio, a Companhia usa o de terceiros para financiar suas atividades, otimizando sua estrutura de capital. Os níveis de endividamento são monitorados em relação à sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital. A dívida líquida reflete a exposição total da Companhia das obrigações contraídas junto ao sistema financeiro.

A dívida bruta consiste na soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais de curto (circulante) e longo (não circulantes) prazos conforme detalhados na nota explicativa nº 16.

Com as captações com a emissão de debêntures no TVV em 2021 e da Log-In em 2025, além das emissões de notas comerciais em 2023 e 2024 (nota explicativa nº 16), a Companhia vem assegurando sua liquidez e a continuidade operacional dos seus negócios.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o índice de alavancagem financeira da Companhia é conforme segue:

Índice de alavancagem financeira	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Dívida bruta	1.637.512	1.689.145
Caixa e equivalentes de caixa	(220.402)	(289.792)
Aplicações financeiras	(50.984)	(39.068)
Dívida líquida	1.366.126	1.360.285
Patrimônio líquido Controladora	1.050.049	968.669
Relação dívida líquida/capital	1,3	1,4

(e) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia adota a política de apenas negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes quando apropriado, como meio de mitigar o risco financeiro. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, através de análise de indicadores econômico-financeiros. Também visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições com boas avaliações de *rating*.

- **Crêterios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos**

A Companhia avaliou e entende que os valores justos de seus principais instrumentos financeiros não derivativos em 31 de março de 2026 se aproximam dos valores contábeis reconhecidos, considerando as características de determinados ativos e passivos financeiros, prazo de realização ou vencimento no curto prazo, conforme aplicável, ou por estarem indexados a taxas variáveis de mercado.

Para estimar o valor justo de seus principais instrumentos financeiros não derivativos, a Administração utilizou as seguintes premissas:

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Representam passivos financeiros atualizados com juros estipulados pelo BNDES/FMM e outras instituições financeiras, e parte por variação cambial. A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima do seu valor justo.

- **Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme CPC 40/IFRS 7**

A Companhia apresenta a seguir demonstrações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos. Esta análise considerou um cenário base projetado esperado para o período findo em 31 de março de 2026. O cenário base projetado esperado como mais provável pela Administração foi obtido por meio de premissas disponíveis no mercado, conforme descrito a seguir: Dólar 5,40 (relatório Focus de 02 de abril de 2026), TJLP 9,13% a.a. (BNDES) e CDI 13,70% a.a. (BM&F).

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação deste cenário na Companhia no período findo em 31 de março de 2026 seriam os seguintes:

Risco de taxa de câmbio	Risco	Consolidado		
		US\$	31.03.2026	Cenário Provável
				Base
Contas a receber de clientes	USD	2.099	10.955	379
Instrumento de hedge de fluxo de caixa	USD	39.764	207.544	7.181
Empréstimos e financiamentos	USD	(44.283)	(231.133)	(7.998)
Fornecedores	USD	(4.133)	(21.571)	(746)
Obrigações com arrendamento mercantil	USD	(17.356)	(90.587)	(3.134)
Exposição líquida				
Patrimônio líquido (reserva de hedge)				7.181
Resultado do período				2.863
	PTAX		5,22	5,40

Risco de taxa de juros	Risco	31.03.2026		Cenário Provável
				Base
Aplicações financeiras	CDI		19.289	(44)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	TJLP		247.937	149
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI		357.969	823
Notas Comerciais	CDI		475.026	1.093
Swap	CDI		203.369	468
	TJLP		9,19%	9,13%
	CDI		13,93%	13,70%

25. INFORMAÇÕES PARA A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Transações não envolvendo caixa

Atividades de investimento	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Arrendamento mercantil	39.761	128.232	4.363	55.549
Adições ao imobilizado em curso	7.982	8.779	3.653	6.629
	47.743	137.011	8.016	62.178

Variações nos passivos resultantes das atividades de financiamento

	Consolidado			
	Capital Social	Obrigações com arrendamento mercantil	Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.324.210	340.698	1.699.727	3.364.635
Alterações que afetam caixa				
Empréstimos captados	-	-	106.897	106.897
Operações de risco sacado e frete carreteiro	-	-	83.456	83.456
Financiamento de bunker e combustível	-	-	56.737	56.737
Amortização empréstimo, financiamentos, debêntures e notas comerciais	-	-	(309.002)	(309.002)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	-	-	(38.817)	(38.817)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	(38.983)	-	(38.983)
Alterações que não afetam caixa				
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	-	1.886	35.969	37.855
Adições arrendamento mercantil e outros	-	39.761	-	39.761
Alterações que não afetam resultado				
Constituição de reserva de <i>hedge</i>	-	-	2.545	2.545
Saldos em 31 de março de 2026	1.324.210	343.362	1.637.512	3.305.084

	Controladora				
	Capital Social	Obrigações com arrendamento mercantil	Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	Mútuo com controladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.324.210	125.216	1.263.962	(105.250)	2.608.137
Alterações que afetam caixa					
Operações de risco sacado	-	-	32.341	-	32.341
Financiamento de bunker e combustível	-	-	45.353	-	45.353
Amortização empréstimo, financiamentos, debêntures e notas comerciais	-	-	(122.488)	-	(122.488)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	-	-	(32.387)	-	(32.387)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	(18.511)	-	-	(18.511)
Alterações que não afetam caixa					
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	-	(7.918)	25.667	(3.676)	14.073
Adições arrendamento mercantil e outros	-	4.363	-	-	4.363
Alterações que não afetam resultado					
Constituição de reserva de <i>hedge</i>	-	-	2.079	-	2.079
Saldos em 31 de março de 2026	1.324.210	103.150	1.214.527	(108.926)	2.532.960

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado, bem como para responsabilidade civil, visando cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

Segue resumo das apólices vigentes em 31 de março de 2026:

Consolidado			
Descrição	Valor Segurado	Prêmio de Seguro	Vigência
P&I (Protection and Indemnity) - danos ambientais	5.219.400		20/02/2026 a 20/02/2027
P&I (Protection and Indemnity) - danos a carga, objetos fixos e flutuantes	ilimitada		20/02/2026 a 20/02/2027
P&I Cobertura a Shipowners Liability (SOL)	39.146		20/02/2026 a 20/02/2027
P&I - FDD	52.194	9.555	20/02/2026 a 20/02/2027
P&I - Mercosul Line (VSA) TCL	1.101.293		20/02/2026 a 20/02/2027
P&I - Mercosul Line (VSA) FDD	52.194		20/02/2026 a 20/02/2027
P&I - Mercosul Line (VSA) SOL	26.097		20/02/2026 a 20/02/2027
P&I - Cobertura WAR	1.565.820		20/02/2026 a 20/02/2027
P&I Cobertura para containers	26.097	514	01/04/2026 a 31/03/2027
Cyber	25.000	277	13/04/2026 a 13/04/2027
Cobertura de Cascos de máquinas: Navios Log-In Pantanal, Log-In Jacarandá, Log-In Jatobá, Log-In Resiliente, Log-In Polaris, Log-In Endurance, Log-In Discovery, Log-In Evolution e Log-In Experience	1.512.133	13.192	07/06/2025 a 07/12/2026
Cobertura de Lucros Cessantes TVV	130.485	1.577	28/11/2024 a 28/05/2026
Cobertura de Riscos Operacionais	260.970		28/11/2024 a 28/05/2026
Responsabilidade civil diretores e gestores	100.000	94	11/09/2026 a 11/09/2026
Cobertura de Responsabilidade Civil (Operador portuário/logístico)	260.970		28/11/2024 a 28/05/2026
Cobertura de Responsabilidade Civil (Operador portuário/logístico - Empregador)	26.097	1.387	28/11/2024 a 28/05/2026
Cobertura de Responsabilidade Civil (Operador portuário/logístico - Danos Morais)	26.097		28/11/2024 a 28/05/2026
Cobertura Seguro de Transporte - RCTR-C (Limite de valor de carga por container)	10.000	54	31/07/2025 a 31/07/2026
Cobertura Seguro de Transporte - RCF-DC (Limite de valor de carga por container)	10.000		31/07/2025 a 31/07/2026
Cobertura Seguro de Transporte Nacional (Limite de valor de carga por container)	10.000	1.825	31/07/2025 a 31/07/2026

Seguro para o Drone do TVV	779	1	30/12/2025 a 30/12/2026
Seguro AUTO - Ambulância TVV	481	3	24/05/2025 a 24/05/2026
Seguro Garantia Locatícia Escritório RJ	1.211	17	12/05/2025 a 22/03/2031
Seguro Garantia Locatícia Escritório SP	1.119	13	06/10/2025 a 14/10/2030
Seguro Garantia Contratual TVV	61.649	973	23/11/2023 a 24/02/2031
Seguro Garantia Judicial	82.416	1.388	Diversos*
Seguro Garantia Recursal	2.979	53	Diversos**

* Diversas apólices onde a mais antiga tem vigência de 29/09/2017 a 01/10/2026 e a mais recente, 30/03/2026 a 30/03/2029

** Diversas apólices onde a mais antiga tem vigência de 21/01/2022 a 21/01/2027 e a mais recente, 31/03/2026 a 31/03/2029

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

▪ Conclusão de Aquisição Imobiliária

A Companhia informa que após o cumprimento de todas as condições precedentes necessárias para a conclusão da Operação citada na nota explicativa 2, foi efetuado em abril de 2026, o pagamento do montante total de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), deduzidos os encargos, tributos e demais custos incidentes.

▪ Alienação da Embarcação Pantanal

Em 27 de abril de 2026, a Log-In International GmbH (“Vendedora” e “Afretadora”), subsidiária da Log-In vendeu a embarcação Log-In Pantanal para a Evolene Oceanway Limited (“Compradora” e “Fretadora”). A Compradora e Fretadora é subsidiária da MSC Mediterranean Shipping Company S.A. (“MSC”); a MSC controla a SAS Shipping Agencies Services Sarl, que é acionista controladora direta da Companhia; portanto, se tratou de uma transação entre partes relacionadas.

O Valor da operação foi de US\$17.500.000,00 (dezessete milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos);o montante foi apurado com base em laudos de avaliação elaborados por duas empresas independentes e a negociação comercial foi realizada de forma independente entre os administradores da Compradora e os administradores da Companhia.

Vale ressaltar que a transação garante a continuidade da posse e do uso operacional da Embarcação pela Companhia, conforme firmado no contrato de afretamento.

▪ Alfandegamento da retroárea Penedo do TVV

Em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 24 de fevereiro de 2025, foi publicada no Diário Oficial da União a liberação, pela Receita Federal do Brasil, do alfandegamento de nova área operacional do TVV – Terminal de Vila Velha S.A.

A referida área, denominada Retroárea Penedo, possui aproximadamente 70.000 m², correspondendo a cerca de 60% da área total do terminal, e tem previsão de início das operações em maio de 2026.

28. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Essas informações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 13 de maio de 2026.